



ESTUDO PROPOSITIVO DE REPRODUÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL

**CENÁRIOS ALTERNATIVOS DE EDUCAÇÃO,
SAÚDE E HABITAÇÕES PRECÁRIAS**

EQUIPE

JULHO/99

**PLANO ESTRATÉGICO DE REESTRUTURAÇÃO URBANA
DA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE A CALÇADA E A
ENSEADA DOS CABRITOS.**

**SUB PRODUTO 3 – ESTUDO PROPOSITIVO DE REPRODUÇÃO DA
ECONOMIA SOCIAL: CENÁRIOS ALTERNATIVOS DE EDUCAÇÃO,
SAÚDE E HABITAÇÕES PRECÁRIAS**

VOLUME 1 - TEXTOS

CONSULTOR – MARCOS PARAGUASSU DE ARRUDA CÂMARA

**SALVADOR - BAHIA
JULHO - 1999**

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROGRAMA PRÓ SANEAMENTO**

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
César Borges
SECRETARIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA – SEPLANTEC
Luiz Carreira**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR - PMS
Antônio Imbassahy
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO – SEPLAM**

**Manoel Raymundo Garcia Lorenzo
FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA – FMLF
Manoel Raymundo Garcia Lorenzo
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO -GEPLAN
Liliane Mariano - Gerente
Paulo Roberto de S. Rocha - Consultor do Master Plan
Ana Clara Pitanga Diniz Guerra - Arquiteto urbanista**

**ELABORAÇÃO DO ESTUDO
COORDENAÇÃO GERAL:
Marcos Paraguassu de Arruda Câmara**

**COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DE ECONOMIA
Ronald de Arantes Lobato**

**CONSULTORES ESPECIAIS
Luiz Antônio Souza
Manoel José Carvalho
Ângela Maria Bastos**

**EQUIPE TÉCNICA
Ana Carolina Lima Valverde
Rosentina Zallio Coelho**

**AUXILIARES TÉCNICOS
Andrei Miller
Marcos Gomes**

**PRODUÇÃO GRÁFICA
Alexandre Oliveira Bezerra de Araújo
Maíra Bastos Câmara**

**COLABORAÇÃO NO FORNECIMENTO DE DADOS
EQUIPE DA FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA - FMLF
Arquiteto Nilene Bastos
Arquiteto Ana Lúcia Aragão
Engenheiro Cenilton Oliveira
Economista Lucimar Pela**

ELABORAÇÃO DO ESTUDO

Coordenação Geral:

Marcos Paraguassu de Arruda Câmara

Coordenação dos Trabalhos de Economia

Ronald de Arantes Lobato

Consultores Especiais

Luiz Antonio de Souza

Manoel José Carvalho

Ângela Maria Bastos

Equipe Técnica

Ana Carolina Lima Valverde

Rosentina Zallio Coelho

Auxiliares Técnicos

Andrei Miller

Marcos Gomes

Produção Gráfica

Alexandre Oliveira Bezerra de Araújo

Maíra Bastos Câmara

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Equipe da Fundação Mário Leal Ferreira - FMFL

Arquiteto Liliane Ferreira Mariano da Silva

Arquiteto Ana Guerra

COLABORAÇÃO NO FORNECIMENTO DE DADOS

Equipe da Fundação Mário Leal Ferreira - FMFL

Arquiteto Nilene Bastos

Arquiteto Ana Lúcia Aragão

Engenheiro Cenilton Oliveira

Economista Lucimar Pela

ECO-257 v. 3

PMS	FMLF	GERIN
BIBLIOTECA		
3908	24/11/99	
Nº Reg.	Data	

ESTUDO PROPOSITIVO DE REPRODUÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL

Sumário

Apresentação

Introdução

Capítulo 1: Breve Histórico da Ocupação na Área de Estudo

Capítulo 2: Recomendações para Habitação

1. Questão Conceitual
2. Recomendações Específicas p/Áreas Habitacionais Sujeitas a Deslizamentos:
em relação à acessibilidade, à infra-estruturação e à estabilização das áreas de risco
3. Recomendações Específicas p/Áreas Habitacionais Sujeitas a Inundações:
em relação à drenagem da área de estudo e à micro-drenagem dos sistemas viário e ferroviário
4. Recomendações Extensivas a toda a Área de Estudo:
em relação à limpeza e coleta de lixo e à remoção imediata de moradores
5. Recomendações Específicas para as Remoções Compulsórias:
em relação às áreas de remoção, às unidades de substituição e ao processo de construção de novas moradias
6. Recomendações Institucionais
7. Recomendações para Orientação da População

Capítulo 3: Recomendações para Educação e Cultura

1. Questão Conceitual da Educação
2. Educação Escolar Convencional
3. Educação para a Cidadania e Educação Ambiental
4. Educação para o Trabalho
5. Questão Conceitual da Cultura
6. Recuperação e Requalificação de Sítios Histórico-Culturais
7. Preservação de Áreas com Valor Ambiental e Forte Significado Cultural
8. Regeneração, Constituição e Conservação das Massas Vegetais

Capítulo 4: Recomendações para Lazer

1. Questão Conceitual
2. Atividades Esportivas
3. Mega-Eventos de Rua
4. Eventos em Espaços Cobertos

Capítulo 5: Recomendações para Saúde

1. Questão Conceitual
2. Situação Existente
3. Recomendações Básicas

APRESENTAÇÃO

CENÁRIOS ALTERNATIVOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E HABITAÇÃO

O principal objetivo deste Estudo Propositivo de Reprodução da Economia Social é a criação de **cenários alternativos para educação, saúde e habitação**¹. Estes cenários foram considerados alternativos porque visam soluções não convencionais e específicas para os setores sociais na área de estudo, que impliquem em menores custos e, simultaneamente, sejam compatíveis com as necessidades imediatas de dinamização da economia local. Estes cenários foram enriquecidos com as áreas de cultura, lazer e esportes.

A rigor, o conceito de reprodução econômico-social não se vincula diretamente às categorias de planejamento utilizadas. É um conceito, de origem marxiana, que diz respeito à reprodução de população e à reprodução da força de trabalho. Castells, que o desenvolve no seu conhecido livro sobre a Questão Urbana, escrito na década de 70, comenta que o avanço do capitalismo teria transferido para o Estado do Bem Estar Social os custos de reprodução da força de trabalho através dos chamados meios de consumo coletivo, tais como abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica. Em alguns países, devido à fraqueza de suas formações econômicas, ao Estado cabia, ainda, arcar parcialmente com os custos de implantação e operação de meios de consumo coletivo tais como transportes, saúde pública, educação básica e, até mesmo habitação, visto que a massa de salários não era suficiente para formar as condições adequadas para a reprodução da força de trabalho. Tais conceitos se mostraram inúteis face à derrocada do Estado do Bem Estar Social pois, no quadro da globalização perversa, a massa de impostos já não é também ~~é~~ suficiente para cobrir, parcialmente, os custos dos meios de consumo coletivo. Como consequência lógica, estudos propositivos de reprodução da economia social não fazem qualquer sentido.

No campo do planejamento urbano, convencional ou moderno, a questão se modifica, pois mesmo que se reconheçam as limitações estruturais de reprodução da população e da força de trabalho, as ações governamentais podem contribuir para diminuir a intensidade dos graves problemas enfrentados pelas populações com baixo nível de renda. No campo do planejamento urbano convencional, estas ações são vistas sob o ângulo da **oferta e da demanda de infraestrutura e equipamentos sociais**. No campo do planejamento urbano moderno estas ações podem ser vistas a partir de **estratégias específicas para os problemas críticos**, quer no setor conhecido convencionalmente pela produção e operação de infra-estrutura quer em todos os setores sociais, tais como habitação, educação, saúde, cultura e até mesmo lazer e esportes.

Foge-se, assim, a uma **dupla armadilha do planejamento convencional**: a de setorialização das **ações governamentais** e a de mera redução das mesmas à **organização espacial de serviços básicos**. Além disso, tal postura favorece a busca de caminhos alternativos, tanto no plano econômico quanto no social que fogem à aceitação de que o Estado é o único responsável pelas políticas sociais compensatórias.

Nesta linha de raciocínio, justifica-se a montagem de cenários não convencionais que não implicam em investimentos de porte e custos operacionais elevados nem para a Prefeitura Municipal nem para o Governo do Estado. Isto não significa obscurecer as limitações estruturais referidas na abordagem deste texto; mas tem o valor da procura por soluções compensatórias, em vez de se manter no vazio inócuo do imobilismo político e ideológico, que permanece justificando-se a si próprio pela ausência de verbas quando, na verdade, o que o encobre é a falta de coragem em enfrentar caminhos mais árduos para atenuar as condições dos "bolsões de pobreza".

Os objetivos gerais a serem perseguidos pelos cenários alternativos são:

- inserção da população de baixa renda no processo de desenvolvimento da cidade;
- melhoria das condições e qualidade de vida da população nas marginais ao longo da via férrea.

Entre os objetivos específicos e setoriais estão:

Para habitação:

- melhorar as condições de acessibilidade, de infra-estruturação e de estabilização das áreas habitacionais sujeitas a deslizamentos, principalmente nos pontos críticos (áreas de risco);
- melhorar as condições de drenagem da área de estudo, com particular atenção às áreas sujeitas a inundações e à micro-drenagem dos sistemas viário e ferroviário;
- melhorar as condições de acondicionamento e coleta dos resíduos sólidos em todas as áreas habitacionais sujeitas a deslizamento e inundações;
- promover articulações interinstitucionais no sentido de evitar conflitos de projetos;
- orientar e educar a população local no sentido da preservação do meio ambiente.

Para educação e cultura:

- interagir métodos e técnicos da educação convencional com aqueles da educação para a cidadania, da educação ambiental e da educação para o trabalho;
- promover cursos profissionalizantes, de treinamento gerencial e de mão-de-obra compatíveis com os perfis profissionais predominantes na área de estudo ou compatíveis com as necessidades de seu desenvolvimento;
- criar cursos superiores adequados às perspectivas de pesquisas que se voltem para o desenvolvimento local;
- recuperar e requalificar o patrimônio histórico da área (edificações e sítios com forte tradição local);
- preservar áreas com valor ambiental e forte significado cultural;
- regenerar, constituir e conservar massas vegetais, entendendo-as em seu significado cultural de resgate consciente das relações do homem com a natureza.

Para lazer e esportes:

- maximizar o uso das áreas públicas existentes e dos espaços cobertos polivalentes;
- priorizar o lazer de massas, principalmente por ocasião de eventos públicos;
- atender à demanda crescente por mega-eventos.
- levantar alternativas para localização de novos equipamentos esportivos;
- priorizar áreas de esportes que estejam vinculadas ao uso da orla e da baía de Todos os Santos, principalmente os esportes náuticos.

Para saúde:

- melhorar as condições de saneamento de toda a área, principalmente no que se refere à drenagem, esgotamento sanitário e coleta de lixo;
- combater os focos de água parada;
- desenvolver campanhas de educação sanitária;
- criar atendimento especializado no que se refere à prevenção de acidentes de trabalho.

Com tais objetivos em mente, foi possível sistematizar as recomendações genéricas e conceituais, existentes ou pertinentes para os cenários alternativos, levando-se em conta que:

- recomendações genéricas são aquelas que já se tornaram de uso corrente para situações críticas em termos de "reprodução da economia social". Encontram-se em muitos manuais de planejamento e são baseadas no bom senso;
- recomendações conceituais são aquelas que, partindo de conceitos de auto-sustentação, baixo custo e especificidades locais, permitem que se busquem soluções alternativas às convencionais e correntes. Exigem um conhecimento mais profundo das características ambientais e das práticas sociais dos diferentes grupos de moradores, entendendo que o baixo nível de renda não é suficiente para equalizar tradições culturais, modos de vida e experiências coletivas;

- recomendações existentes são aquelas já aventadas pelos planos e projetos para áreas próximas com características semelhantes, tais como os subúrbios. Tais recomendações foram objeto de avaliação durante a montagem dos cenários institucionais do Estudo Propositivo de Economia Urbana. São, com algumas adaptações, cabíveis para a área de estudo;
- recomendações pertinentes são aquelas que derivam de contextos específicos das áreas de influência direta e indireta e que, por repercussão, podem criar melhores condições para as situações específicas da área de estudo.

As recomendações genéricas e conceituais são, em geral, adequadas às situações de educação e saúde com especial atenção para a distribuição espacial de equipamentos, tais como escolas e postos de saúde; estendem-se à cultura, ao lazer e aos esportes.

Para estes casos, foi quase impossível encontrar recomendações consistentes, apoiadas em estudos de especificidades locais.

No caso habitacional foi possível avançar de recomendações genéricas e conceituais. Os estudos do PANGA/ECOSCAMBIO e as propostas para as áreas estruturantes conseguiram desenvolver recomendações melhor consolidadas nas particularidades ambientais dos subúrbios e, com pequenas adaptações, servem, também, para a área de estudo.

No que se refere à cultura, lazer e esportes foi necessário um maior esforço para estabelecer marcos conceituais e buscar recomendações pertinentes que fugissem ao convencional.

Isto, posto, ficou claro que as estratégias de desenvolvimento subjacentes aos cenários alternativos foram:

- melhoria das condições de habitação (moradia) através do saneamento, principalmente no que se refere à limpeza pública, macro e micro-drenagem;
- busca da educação para cidadania, ambiental e para o trabalho, integrando-a à educação formal no ensino de 1º e 2º grau, de acordo com as características da área e as especificidades de sua população;
- expansão e aproveitamento máximo das áreas públicas para lazer e esportes.

Nenhuma destas iniciativas pressupõe altos investimentos, desde que se aproveitem as oportunidades existentes e se façam as negociações e acordos necessários entre os poderes públicos e a iniciativa privada. A que pode demandar maiores custos operacionais é, possivelmente a que diz respeito à limpeza pública. Atendem, portanto, ao princípio dos baixos custos com relativamente alto retorno no que se refere à melhoria da qualidade de vida, podendo, indiretamente, favorecer, melhores condições para reprodução da força de trabalho e, por conseguinte, da formação econômica e social.

1. BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO NA ÁREA DE ESTUDO

A ocupação da península de Itapagipe data do século XVI, assim como a de São João da Plataforma. A partir de 1869, com a inauguração do primeiro trecho da ferrovia Calçada/Aratu, recebeu um novo impulso com a criação das estações. A ocupação dos mangues na direção Uruguai, a consolidação da rua Barão de Cotegipe na direção dos Mares, a expansão de Plataforma e a formação do povoado de Paripe datam desta época. Ao fim do século, tal processo de urbanização se acelerou. O volume de áreas conquistadas ao mar pode ser avaliado pelas plantas da região de 1864 até os dias de hoje (desenhos 01, 02, 03, 04, 05 e 06).

Em 1864, a área era praticamente desabitada, com a ocupação restrita à linha de costa e o prolongamento da atual barão de Cotegipe, constituindo três quarteirões desde o antigo Seminário de São Joaquim (atual colégio dos Órfãos) até o canal da Jequitaia. Um outro vetor de expansão seguia paralelo a este canal em direção à Casa de Detenção, possivelmente ao longo do traçado da atual Nilo Peçanha. A península de Itapagipe ainda mostrava sinais de que, em períodos de chuva intensa e maré alta, tornava-se praticamente inatingível por terra. A estrada das Boiadas ou da Liberdade marca a penetração para o interior do Recôncavo (desenho 01)

Em 1910, a configuração desta área já se apresenta visivelmente alterada. Desaparece o canal das Jequitaia, adensam-se os quarteirões e o vetor de expansão em direção à Detenção. Nota-se a estação da Calçada e o traçado da via férrea. Na hoje conhecida baixa do Fiscal, onde se agrupavam algumas edificações, apresentava-se majestosa a fábrica dos Fiaes. Com área de desembarque própria, o algodão que lhe era destinado chegava rapidamente à área de produção (desenho 02).

Na década de 40, a área da Calçada já tinha passado por intensa requalificação física e territorial condicionado pelo dinamismo comercial e industrial apoiado na articulação ferrovia, porto e rodovia. A partir da Cidade Baixa ou da península de Itapagipe, os dois caminhos de saída de Salvador para o Recôncavo passavam pela Calçada: um seguia pela ferrovia e outro ia em direção ao largo do Tanque e São Caetano, por onde atingia a estrada das Boiadas (desenho 03).

Entre a via férrea e a orla, as ocupações já tinham se tornado mais densas e já se distinguiam algumas edificações na península do Joanes. Armazéns de secos e molhados que distribuíam mercadorias para o interior da Bahia e outros estados passaram, também a se concentrar nas proximidades da Calçada e da área onde se localizava a Casa de Detenção. Algumas indústrias, além dos Fiaes, passaram a buscar a Baixa do Fiscal, onde as embarcações ainda podiam chegar para desembarcar mercadorias.

Naquele momento, começavam os principais movimentos para exploração do petróleo em Lobato, que viriam confluir para o nascimento da Petrobrás, na década seguinte.

Para o lado da Península de Itapagipe, passou a se tornar prática mais disseminada a ocupação dos manguezais e alagadiços. Surgiram os primeiros aglomerados de palafitas, ao longo da orla da enseada dos Tainheiros. Sucessivos aterros foram acompanhando o avanço dos pontilhões que davam acesso às palafitas em direção à baía de Todos os Santos. Esta expansão constituiu-se nos "Alagados", que foi se expandindo durante mais de 50 anos até chegar ao Lobato, à ponta de São João, à Enseada do Cabrito.

Estas modificações da base territorial causaram sérios danos ao equilíbrio do ecossistema local, pois foram acompanhadas por sucessivos aterros hidráulicos promovidos pelo Governo do Estado, com alterações sensíveis do sistema de drenagem natural.

As ocupações habitacionais sobre as encostas e as áreas ao longo da via férrea ampliaram os efeitos danosos. Além dos aterros, a construção de vias e a exploração das pedreiras consolidaram tais danos. Dentre todas estas intervenções, podem ser citadas, segundo o estudo de Caracterização Ambiental:

- exploração de pedreiras, como a de Lobato, para obras de ampliação do porto;
- aterro para construção da av. Frederico Pontes (Jequitiaia), que se articulava com as melhorias e ampliação do porto;
- prolongamento desta mesma avenida até a praça 11 de Dezembro, em frente à estação da Calçada;
- rebaixamento da praça 11 de Dezembro; construção da rua Padre Antonio de Sá e demolição da igreja dos Mares, na praça da Natividade (largo dos Mares);
- alargamento e revestimento do canal da rua Fernandes Vieira (rua da Vala);
- construção da rua Rosano Muniz, transversal à rua Fernandes Vieira;
- construção da rua Artur Catrambí para melhor acesso ao largo do Tanque;
- construção do cais da Petrobrás.

Na década de 50, o local da antiga Penitenciária do Estado (atual Delegacia de Crimes contra o Patrimônio e Hospital de Triagem) ainda se encontrava na linha de maré e a rua Voluntários da Pátria, a poucos metros do mar. A ilha de Santa Luzia ainda existia, mas estava prestes a desaparecer engolida pelos aterros que a anexaram gradativamente à península Itapagipana. Nesta década, o transporte ferroviário de carga começou a ser seriamente afetado pela crescente concorrência do transporte rodoviário.

Na década de 60, com a construção da rodovia Rio-Bahia, a saída tradicional da cidade deixou de passar pelo largo do Tanque para ocorrer pela Av. Barros Reis. Diminuiu o fluxo de veículos da área da Calçada, a Rodoviária foi transferida para a região que ficaria sendo conhecida como Iguatemi, e muitas atividades foram diminuindo de intensidade em toda a área de estudo. Esta degradação se acelerou com a implantação do Centro Industrial de Aratu e o consequentemente fechamento das indústrias na região e em Itapagipe.

Nesta mesma década, cumpre considerar o início das ações do Programa de Saneamento coordenado pela Cia. de Habitação e Melhoramento dos Alagados-HAMESA, na direção de Itapagipe. Estas ações visavam extirpar a área dos "urubus" e das "sub-moradias" da Salvador moderna. A HAMESA promoveu melhorias nas condições das moradias e de infra-estrutura dos Alagados. Os precários aterros realizados pela população, com base no lixo doméstico e no "bota-fora de obras", foram consolidados por obras gigantescas, ganhando condições de estabilidade. Os padrões da qualidade do espaço urbano foram melhorados com a implantação de infra-estrutura e equipamentos comunitários.

Na direção de Lobato, o complexo viário do Viaduto dos Motoristas foi também construído sobre aterro, melhorando as condições de acesso ao Largo do Tanque, São Caetano e Liberdade pela avenida San Martin.

Nas décadas de 70 e 80, após a construção da avenida Afrânio Peixoto (Suburbana), que se desenvolveu paralela a rua Voluntários da Pátria (faixa de domínio da ferrovia) até o Lobato, intensificou-se a ocupação da falha no trecho: ora subindo a partir da base da escarpa, ora descendo por extravasamento da ocupação que não mais cabia nas cumeadas com a construção de casas sobre o próprio aterro que servira para a implantação da av. Suburbana. A simples observação visual da área ocupada permite observar que a enseada dos Tainheiros já se reduzira a menos de 30% de seu tamanho original (desenho 04).

Na década atual, esta situação tornou-se ainda mais grave com o início da forte expansão dos subúrbios, com a ocupação da enseada do Cabrito ao mesmo tempo em que ganhou velocidade a ocupação final das enseadas dos Tainheiros seja por palafitas. Até a ilha do Rato já se encontra, hoje, ligada à península de Itapagipe.

As faixas de domínio da avenida Suburbana e da ferrovia foram, também, invadidas. Acentuaram-se os deslizamento de encostas. As inundações passaram a atingir todo o espaço entre a avenida Suburbana e a via férrea, chegando muitas vezes a cobri-la (desenho 05).

Uma das principais conclusões destas características de ocupação gradual da área de estudo, considerada em conjunto com a ocupação da península itapagipana, foi a imensa superfície aterrada e ganha da baía de Todos os Santos. Tais aterros modificaram inteiramente o regime de escoamento das águas pluviais que desciam da encosta, provocando, atualmente, inúmeros problemas de drenagem entre o sopé e a linha de costa (desenho 06).

¹ Infelizmente, o cenário de saúde não pode ser melhor elaborado pelas dificuldades de obtenção de informações junto à Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal. Após 15 dias de tentativas frustradas, por força do prazo de entrega, o técnico responsável pelo texto foi obrigado a desistir.

2. RECOMENDAÇÕES PARA HABITAÇÃO

1. QUESTÃO CONCEITUAL

Tornou-se consenso, desde a atuação do antigo Banco Nacional de Habitação (BNH) nas décadas de 60 e 70, que a questão habitacional não se reduzia à questão da moradia. Era, antes de tudo a questão do "habitat", entendido este como todo território da moradia: as terras, o ambiente físico e, principalmente, a infra-estrutura. Deste modo, foram assumindo importância cada vez maior para o equacionamento dos problemas da habitação as questões fundiárias de domínio e posse das terras, as questões ambientais de configuração geomorfológica (encostas, baixadas), as questões de implantação e operação da infra-estrutura (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, distribuição de energia elétrica). Em seu conjunto, constituíram um enorme desafio institucional que, pouco a pouco, se revelou impossível de ser enfrentado com os recursos financeiros cada vez mais escassos do Estado.

Deste modo, no atual momento, a questão habitacional tornou-se uma questão que não pode ser abordada em toda a sua magnitude e abrangência, mesmo em territórios limitados do espaço urbano. Vital para a reprodução da força de trabalho, só pode ser equacionada através de seus aspectos mais críticos, com estratégias de compensação, específicas e muito claras que permitam, pelo menos, afastar os danos potenciais que podem afetar a qualidade de vida, quando não a própria vida dos moradores de um determinado habitat.

Dentre os inúmeros problemas em cascata que atingem uma área habitacional onde se concentra a pobreza, há, portanto, que se destacar aqueles que infligem maiores perdas à saúde e se constituem em verdadeiros vetores de doenças nos principais aglomerados de moradias precárias.

Na área de estudo, os problemas habitacionais relevantes estão na ocupação irregular de áreas sujeitas a deslizamentos e em áreas sujeitas a inundações. No primeiro caso, significam até mesmo risco de vida. No segundo, podem se tornar focos de epidemias.

Como praticamente toda a área pode ser enquadrada em ambas as situações, não há dúvida de que a estratégia básica deve dizer respeito, por um lado, à **contenção de encostas instáveis e em situações críticas** e, pelo, outro, à **implantação de sistemas de macro e micro-drenagem que diminuam os riscos de alagamento e formação de águas paradas, assim como na operação eficiente de sistemas de limpeza e coleta de lixo.**

Neste sentido, tem sido correta a intenção de se elaborar projetos de intervenção que tenham como eixo a solução destes problemas, buscando, na medida do possível, investimentos que permitam alavancar a melhoria da qualidade de vida nestas zonas habitacionais problemáticas. Muitas destas zonas fazem parte dos Programa Viver Melhor, da URBIS/CONDER, o que já foi avaliado no Relatório sobre os Cenários de Proposições Institucionais.

Outras, entretanto, também sujeitas a deslizamentos ou inundações, ainda não receberam qualquer atenção oficial, tais como:

- as que beiram a avenida Suburbana desde a atual Feira do Cortume até os limites de Alagados II, passando pelo Viaduto dos Motoristas.
- as que se localizam entre a avenida Suburbana e a rua Voluntários da Pátria (que margeia a via férrea), à exceção da Baixa do Carangueijo;
- as que se localizam na encosta, à exceção dos trechos que estão inscritos nos projetos da Baixa do Cacau e Alto do Bom Viver.

Entre as que estão sujeitas a deslizamentos, estão aquelas que podem ser consideradas de risco. No caso das áreas de risco em encostas, foram levantadas recomendações para sua estabilização. No caso das demais, recomendações para sua acessibilidade e infraestrutura, concentradas nas questões de micro-drenagem, limpeza e coleta de lixo. São similares às que foram elaboradas para as macro-áreas 1 e 3 dos subúrbios.

Diante da gravidade da situação, esta estratégia não é, no entanto, suficiente. Implica, em muitos casos, na remoção compulsória de moradores que estão sob risco de vida ou que não podem permanecer na área enquanto as obras de infraestrutura básica estiverem sendo realizadas. Acrescente-se, neste último caso, os moradores que precisam ser removidos por terem ocupado irregularmente faixas de domínio de corredores de transporte que precisam ser recuperados ou ampliados como meio básico de dinamizar as atividades econômicas da área de estudo e, portanto, desobstruir o caminho para o seu desenvolvimento.

2. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA AS ÁREAS HABITACIONAIS SUJEITAS A DESLIZAMENTOS

As áreas sujeitas a deslizamentos estão praticamente contidas nas seguintes zonas de uso predominantemente habitacional já diagnosticadas no Estudo Propositivo de Economia Urbana - Cenário de Proposições Institucionais (desenho 07):

- | | |
|------------------------------|------|
| • Baixa do Fiscal | ZH10 |
| • Fiaes | ZH14 |
| • Baixada de São Caetano | ZH18 |
| • Baixa do Cacu | ZH18 |
| • Baixada da Capelinha | ZH19 |
| • Baixada do Alto da Formiga | ZH23 |

As recomendações para as áreas sujeitas a deslizamentos podem ser distribuídas em três grandes blocos: em relação à sua acessibilidade, em relação à sua infraestrutura e, principalmente, em relação a sua estabilidade, principalmente nas áreas críticas ou de risco iminente, assim caracterizadas pelo GETARES, pela Defesa Civil ou pelo estudo de Caracterização Ambiental.

Em Relação à Acessibilidade

- identificar junto à população, se possível, a caminhões de coleta de lixo, transportes coletivos e serviços essenciais como ambulâncias e corpos de bombeiros;
- identificar, para casos extremos de emergências e sinistros, acessos locais para pequenos automóveis;
- aproveitar, em ambos os casos anteriores, o traçado dos acessos existentes com o cuidado de acarretar a menor quantidade possível de remoções. Do ponto de vista técnico, tais acessos deverão possuir caixa de 8 metros, com faixa de rolamento de 6 e passeios de 1 metro em ambas as laterais. Em casos extremos, caixas de 4 metros poderão servir, desde que não disponham de passeio;
- o restante das vias de circulação deverão ser constituídos por caminhos e escadarias, com largura mínima de 2 metros, sempre que possível;
- em termos de pavimentação, qualquer proposta deverá levar em consideração cobertura com materiais que possuam baixo calor específico, tipo piso articulado de cimento, com sistema de drenagem articulado ao escoamento das escadas drenantes.

Em Relação à Infra-Estruturação

- avaliar cuidadosamente as soluções de drenagem, esgotamento sanitário, coleta de lixo, assim como o modo de enfrentar programas de melhoria das edificações e espaços comunitários;

- considerar o sistema de drenagem de águas pluviais, em áreas com declividade acentuada, como o sistema determinante de todas as demais soluções de abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário. Neste sentido, as propostas deverão se fundamentar no uso de escadas drenantes de água pluvial, desde que bem estudadas as condições naturais de declividade dos terrenos e a qualidade do solo, assim como da implantação de receptores nos fundos de vale;
- criar soluções alternativas que envolvam a população na coleta de lixo doméstico, pois o sistema de coleta através de caminhões ou os pontos para lançamento de lixo, pré definidos, são incompatíveis com o traçado urbanístico e as práticas sociais generalizadas nas áreas de ocupação espontânea. Entre estas práticas, está o lançamento do lixo doméstico nas encostas, à qual pode ser creditada boa parte dos problemas sanitários, de deslizamento, de alagamento de partes baixas;
- no caso de áreas localizadas em bacias contempladas pelo programa Bahia Azul, implantar a rede coletora aproveitando-se da declividade natural em direção à lagoa de estabilização proposta; captar os efluentes das fossas sépticas; dispor os efluentes na rede do programa;
- no que diz respeito ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, as propostas deverão se basear na divisão de toda a área em zonas, com número limitado de vizinhos, para redução do custo das obras. Só assim será possível traçar novas micro-redes, reduzir a quantidade de escavações e tubulações, assim como o número de ligações clandestinas;
- a mesma metodologia se aplica ao fornecimento de energia elétrica, com identificação das redes da COELBA mais próximas de cada zona, com dimensionamento de tensões, para divisão das cargas entre conjuntos de vizinhos;
- para coleta de lixo, por se tratar de áreas com vias muito estreitas, íngremes e irregulares, as propostas deverão considerar a possibilidade de coletas coletivas e participativas, com o uso de caixas estacionárias ou, segundo a necessidade, caixas de alvenaria associadas a calhas de concreto;
- implantação de centrais de reciclagem.

Em Relação à Estabilização das Encostas

Tal como foi conceituado no Estudo Propositivo de Economia Urbana - Cenário de Proposições Institucionais mesmo estudo, as áreas de risco são áreas críticas localizadas no interior das áreas sujeitas a deslizamentos (desenho 08):

- | | | |
|-------------------------------|---------|--------------|
| • Avenida Jequitiaia | ZH2 | (desenho 09) |
| • Baixa do Fiscal | ZH10 | (desenho 11) |
| • Rua dos Fiaes | ZH14 | (desenho 12) |
| • Pedreira/Alto do Bom Viver | ZH19 | (desenho 10) |
| • Pedreira Santa Luzia/Lobato | ZH18/19 | (desenho 13) |

Segundo o relatório de Caracterização Ambiental, entre os locais que apresentam de forma generalizada inúmeras situações de risco de desmoronamento e deslizamento estão as pedreiras desativadas e o grotão correspondente à Baixa do Cacau.

As recomendações básicas para as zonas de risco concentram-se basicamente nas questões de remoção de imóveis condenados, limpeza das encostas e canalizações emergenciais das águas pluviais.

Estas recomendações se devem ao fato de que os diversos pontos iminentes de descolamento e de deslizamento se devem tanto ao lançamento e acúmulo irregular de lixo doméstico quanto ao lançamento de esgoto doméstico e destino das canalizações das águas pluviais. Nestas áreas sugere-se a intervenção imediata da CODESAL no sentido de retirar o lixo acumulado, promovendo a médio e longo prazo, programas de esclarecimento das comunidades ali implantadas, sobre os riscos de deslizamentos relacionados a esse problema.

A canalização das águas pluviais ao longo da escarpa, através de cursos de suave declividade, quebrará o ímpeto das águas e reduzirá significativamente os riscos de deslizamento.

Com o mesmo propósito sugere-se a retirada das camadas superiores do solo em áreas desnudas, seguindo-se imediata recomposição da cobertura vegetal, com espécies gramíneas selecionadas, utilizando-se o processo de hidrosemeadura.

Sugere-se, ainda, em caráter emergencial:

- construção de taludes com inclinação de, no máximo, 1:1,2, em virtude das características do solo local;
- progressiva melhoria dessas medidas emergenciais até a execução de cortinas de concreto, tendo-se sempre como critério "a conservação das construções que possam permanecer sem risco de desabamento e a remoção sumária daquelas que ofereçam tal risco sem a execução de obras com um custo excessivamente alto";
- "terrenos com inclinações de até 40% são passíveis de aproveitamento, seja com remoção total das habitações existentes e construção de outras após obras de estabilização, seja com obras mínimas de contenção e drenagem e conservação de número significativo das mesmas (croquis 1);
- nenhuma medida de estabilização terá eficácia se não for acompanhada por ações de drenagem e limpeza urbana;
- fiscalização mais rigorosa no cumprimento da legislação urbanística para a área, sobretudo no atendimento ao que se refere o Anexo 6 - Da Lei do Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo, Lei 3853/88 e 3377/84, que trata das "Restrições de Uso e Ocupação Aplicáveis às Áreas de Encostas".

3. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA AS ÁREAS HABITACIONAIS SUJEITAS A INUNDAÇÕES

As áreas sujeitas a inundações estão praticamente contidas nas seguintes zonas de uso predominantemente habitacional já diagnosticadas no Estudo Propositivo de Economia Urbana - Cenário de Proposições Institucionais. São basicamente de dois tipos de áreas, nascidas de ocupações irregulares e quase sempre sujeitas a desastres periódicos, por forças das intempéries (desenho 07):

- as que estão bloqueadas entre a avenida Afrânio Peixoto (Suburbana) e a rua Voluntários da Pátria (às margens da via férrea);
- as delimitadas entre o sopé da montanha e a Av. Voluntários da Pátria;
- as que estão localizadas em áreas de mangue, ou seja, Alagados das enseadas dos Tainheiros e do Cabrito.

As recomendações para as zonas habitacionais sujeitas a inundações concentram-se basicamente nas questões de **macro e micro-drenagem**.

Ao longo das áreas delimitadas entre o sopé da montanha e a Av. Voluntários da Pátria, os principais focos de inundações associam-se diretamente à concentração de fluxo na Baixa do Cacau e à cava da pedreira abandonada localizada entre o Alto da Capelinha de São Caetano e o Lobato. Nesta última, existem duas nascentes originárias dos cortes nas rochas para o fabrico de brita. Além desta ameaça em potencial, a cava recebe também os excedentes hídricos acumulados no bairro de Barriguinha de Capelinha de São Caetano, onde existia o dique de São Caetano hoje totalmente ocupado por moradias.

Os freqüentes problemas de inundação na área devem-se à obras mal executadas de drenagem, que canalizam o excesso de água para a cava da pedreira, transferindo o problema para as cercanias da R.F.F.S.A. e Suburbana.

Na área da Av. Nilo Peçanha, que liga a Calçada ao Largo do Tanque, são também freqüentes as inundações devido à canalização do fluxo d'água através das vias públicas implantadas na encosta.

As recomendações sugeridas são similares às que foram elaboradas pelo estudo de Caracterização Ambiental.

Em Relação à Drenagem da Área de Estudo

- elaborar um Plano Diretor de Drenagem para toda a área de estudo, com vistas a identificar de forma mais aprofundada as bacias de contribuição, viabilizando posteriormente soluções técnicas que promovam o escoamento satisfatório da grande massa líquida que recebem;
- redimensionar o sistema de drenagem implantado na Baixa do Cacau visando imediata solução das inundações que geram sobressaltos e comprometem a segurança dos moradores, além de atingir diretamente o funcionamento do sistema de trens urbanos da CBTU (ex-RFFSA);
- implantar e monitorar o sistema de canalização de águas pluviais ao longo da escarpa, no trecho localizado entre São Joaquim e a Enseada do Cabrito, eliminando a concentração dos fluxos que possam redundar em inundações e/ou deslizamentos;
- remover e relocar populações cujas habitações estejam situadas na margens ou que bloqueiem canais ou acesso às galerias cobertas, com o intuito de criar procedimentos sistemáticos de limpeza e conservação dos canais de drenagem;
- promover a criação de um departamento de hidrologia ou a contratação de terceiros para analisar e aprovar projetos de novos aterros, e outros empreendimentos como marinas, reurbanizações, entre outros, principalmente na zona de borda da Baía de Todos os Santos, como condição de monitoramento (controle) das ações sobre o meio físico;
- promover a desobstrução imediata da macro-drenagem e o revestimento dos canais.

Em Relação à Drenagem Específica dos Sistemas Viário e Ferroviário

Especificamente na área de estudo, o comportamento do sistema viário e ferroviário apresenta desempenho insatisfatório por ocasião de períodos chuvosos, em razão das deficiências do sistema de drenagem.

A avenida Afrânio Peixoto (Av. Suburbana), via arterial que atende as grandes demandas de tráfego de veículos e pedestres fica comprometida, no desempenho de seus papéis nos períodos chuvosos. A deficiência na drenagem das águas superficiais e a elevação do lençol freático comprometem a pavimentação das pistas e da calçadas para pedestres. A mesma situação ocorre em vários trechos da via férrea.

Para equacionamentos destas questões indica-se:

- a implantação de um sistema de microdrenagem e pavimentação drenante na rua Voluntários da Pátria, bem como a construção de meio-fio, passeio e proteção das vias do trem;
- implantação ou ampliação de rede de coleta de águas pluviais das vias locais nas cumeadas, evitando-se o lançamento das mesmas nas vertentes, como vem ocorrendo de forma generalizada, contribuindo para desestabilização das encostas e inundação das zonas baixas;
- estudos para a reimplantação de algumas vias de pedestres em razão das mesmas coincidirem com a linha de drenagem natural, situação que nos períodos de chuva praticamente inviabilizam o seu uso. Esta situação ocorre com algumas escadas pavimentadas ou escavadas no solo que devem ser relocadas, buscando-se sempre vencer os desníveis da forma mais cômoda para seus usuários.

4. RECOMENDAÇÕES EXTENSIVAS A TODA A ÁREA DE ESTUDO

O estudo de Caracterização Ambiental caracteriza como emergenciais medidas que se referem à limpeza e coleta de lixo de toda a área de estudo, assim como à remoção de moradores de áreas críticas.

Em Relação à Limpeza e Coleta de Lixo

- retirada dos acúmulos de lixo ao longo da escarpa, observados desde as imediações de São Joaquim até Capelinha e grotão da Baixa do Cacau;
- retirada dos excedentes do manto de intemperismo lançados na encosta e nos flancos do vale da Baixa do Cacau, oriundos de cortes desenvolvidos pelos moradores locais para construções de suas casas;
- retirada dos excedentes do manto de intemperismo das encostas nas porções mais íngremes da escarpa, através de procedimentos semelhantes àqueles adotados recentemente na avenida Garibaldi, próximo ao Rio Vermelho, prosseguindo-se o imediato recobrimento vegetal;
- remoção periódica dos entulhos e resíduos acumulados nos bueiros e valas adjacentes à ferrovia, ao longo de toda a extensão da área estudada.

Em Relação às Remoções Imediatas de Moradores

- de famílias cujas casas estejam implantadas na porção média-inferior da escarpa, abaixo dos lixões e excedentes de aterro;
- de todas as famílias cujas moradias tenham sido consideradas em situação de risco iminente pela Defesa Civil e pelo GETARES.

5. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA AS REMOÇÕES COMPULSÓRIAS

A duplicação da avenida Afrânio Peixoto, a reconstrução das proteções da via férrea e a prevenção das áreas de risco coloca em pauta a necessidade de remoção de dezenas de famílias. Em princípio, tais famílias não possuem qualquer direito, na medida em que ocuparam irregularmente terrenos localizados nas faixas de domínio e em áreas de alto risco, colocando-se a si próprias em situação de perigo. Constituem, no entanto, um problema social de gravidade, que deve ser enfrentado com seriedade e bom senso, entendendo-se que a remoção, nestes casos, nada tem a ver com as relocações necessárias em áreas desapropriadas por interesse social ou em áreas ocupadas irregularmente, mas que não condicionam a vida de seus ocupantes a situações de risco de vida.

Estas recomendações podem ser agrupadas em dois grandes blocos: para remoção e para construção de novos abrigos para os moradores, descartando-se, no caso qualquer privilégio para aqueles que exercem ilegalmente atividades comerciais e de serviços, tal como acontece nas invasões da faixa de domínio da Suburbana.

Sendo problemas que envolvem uma quantidade excessiva de habitações envolvidas, há que se reconhecer a falta de recursos suficientes para compensação dos moradores para os casos de duplicação da avenida Afrânio Peixoto ou de reconstituição das proteções da via férrea. Por esta razão, a curto prazo, somente podem ser viabilizadas as remoções das áreas de risco, em regime de urgência, ou as remoções de áreas cujos projetos habitacionais da URBIS já dispõem de recursos em orçamento, à medida em que estes puderem ou forem liberados.

As recomendações conceituais para estas remoções são similares às elaboradas para a macro-área 3 dos estudos sobre os subúrbios. São as seguintes:

Em Relação às Áreas de Remoção

- em casos inevitáveis de remoção, esta deve ser feita, sempre que possível, para unidades a serem construídas na própria área de intervenção ou em suas proximidades. Os casos inevitáveis são os seguintes:

- “localização em áreas com risco iminente de escorregamento sem a possibilidade economicamente viável para a realização imediata e/ou emergencial de obras de contenção ou estabilização de taludes”;
- “baixa qualidade da construção, tais como em barracos de madeira, casas de taipa em estado precário, habitações cuja estrutura está seriamente comprometida por rachaduras e acomodações de terreno”;
- podem ser considerados graves, mas não emergenciais, os seguintes casos de remoção, cuja diretriz deve também ser, sempre que possível, para unidades a serem construídas na própria área de intervenção ou em suas proximidades::
 - “implantação de elementos estruturais da proposta urbanística”;
 - implantação de projetos habitacionais do Programa Viver Melhor.

Em Relação às Unidades de Substituição

- as unidades a serem construídas deverão ser mínimas: hum pavimento, sala/cozinha, sanitário e área de serviço, de hum ou dois quartos, isoladas ou geminadas;
- equivalência de áreas, sempre que possível, entre as habitações removidas e as construídas;
- equivalência entre a quantidade e qualidade das habitações removidas e a das construídas, de modo a evitar famílias desabrigadas.

Em Relação ao Processo de Construção de Novas Moradias

- financiamento público por unidade habitacional;
- fortalecimento das Associações de Moradores com contribuições mensais voluntárias;
- anexação de funções de gestão habitacional, do tipo cooperativa, às Associações de Moradores, de modo que estas possam a se habilitar a empréstimos coletivos a juros reduzidos junto a bancos/CEF;
- melhoria das sedes destas Associações, com espaço suficiente para estocagem de materiais de construção;
- coordenação de aquisição, distribuição e revenda de materiais para melhoria e ampliação das habitações existentes através das Associações;
- gestão de profissionais da comunidade para execução de obras de melhoria habitacional pelas Associações.

6. RECOMENDAÇÕES INSTITUCIONAIS

O estudo de Caracterização Ambiental sugere a constituição imediata de um grupo técnico da PMS para avaliação de projetos e acompanhamento da implantação de programa realizados por outras esferas de governo que possam provocar problemas ambientais, tais como:

- o Programa Viver Melhor, para a Baixa do Cacau e Baixa do Carangueijo;
- as etapas subsequentes do Projeto Urbanístico de Santa Luzia - CONDER/URBIS, o qual prevê realização de uma área aproximada de 10 hectares aterros na Enseada dos Tainheiros;
- o Projeto Ribeira Azul, que também promove aterro na área da Enseada dos Tainheiros;
- as ações do programa de saneamento doméstico Bahia Azul/EMBASA.

7. RECOMENDAÇÕES PARA ORIENTAÇÃO DA POPULAÇÃO

O estudo de Caracterização Ambiental também sugere:

- implantação de sistema de informação e educação sobre os riscos de ocupação de áreas inadequadas, desenvolvimento de corte/aterros e lixões na escarpa, em associação com as regionais administrativas e associações de bairro;
- implantação de sistema de informação e educação dos moradores sobre a necessidade de interagirem com os órgãos oficiais no sentido de fiscalizar a desobstrução de canaletas de drenagem, bueiros e demais empecilhos que promovam inundações;
- orientação através de escolas, associações de moradores, postos de saúde, inclusive durante campanhas governamentais de vacinação, sobre a necessidade de cuidados com a disposição final do lixo doméstico em locais adequados e de coleta freqüente.

3. RECOMENDAÇÕES PARA EDUCAÇÃO E CULTURA

1. QUESTÃO CONCEITUAL DA EDUCAÇÃO

Ninguém discorda que a **educação escolar convencional**, estruturada no ensino básico, de 1^o e 2^o graus, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social. Na área de estudo, com alta concentração de pobreza, é essencial a melhoria da qualidade do ensino que, no entanto, depende de recursos e fatores externos fora das possibilidades de um atendimento privilegiado em detrimento de outras áreas da cidade.

Deste modo, embora as condições de educação da população em idade escolar na área sejam dependentes estrategicamente da formação e salário dos professores, da perspectiva de implantação de programas de renda mínima familiar associados à obrigatoriedade de frequência de jovens em idade escolar nas escolas, da superação da rigidez dos currículos em áreas estanques de conhecimento, da carência de recursos didáticos e apoio pedagógico, da melhoria da rede escolar, outros caminhos complementares podem ser ensaiados, desde que tenham fundamentação teórica consistente.

Neste sentido, a **educação para a cidadania**, a **educação ambiental** e a **educação para o trabalho** apresentam perspectivas viáveis, a partir de esforços que congreguem setores sociais e agentes econômicos que se associem ao Estado em iniciativas pioneiras que possam alavancar ou sustentar as perspectivas de desenvolvimento local, com melhoria da qualidade de vida dos moradores da área de estudo.

Por **educação para a cidadania**, entenda-se a educação voltada para a compreensão e assimilação dos processos democráticos que implicam no respeito ao próximo, na aceitação das diferenças, na defesa dos direitos e na assunção das responsabilidades civis. A educação para a cidadania, em áreas de alta concentração de pobreza, podem favorecer melhoria das condições públicas de segurança, limpeza, nutrição e saúde.

A **educação ambiental** é parte integrante da educação para a cidadania, na medida em que implica em formação de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, no conhecimento mínimo de tecnologias adequadas à solução de problemas ambientais correntes, na mudança de comportamentos que favoreçam a participação da comunidade nestas soluções.

A **educação para o trabalho** reforça as anteriores e complementa a educação convencional. A proposta vencedora para a macro-área 2 dos subúrbios ferroviários, por exemplo, acentua que todo o debate recente em torno do "futuro dos sistemas de formação profissional parece apontar para a necessidade de recuperar relação entre educação escolar e a educação técnica". Especificamente em relação à qualificação profissional no Brasil, aponta algumas características a serem perseguidas, citando Fogaça (1996):

- como os conteúdos ocupacionais estão sujeitos à rápida obsolescência, deve-se promover o rápido aprofundamento dos conhecimentos técnico-científicos, que constituem base necessária para a requalificação;
- maior equilíbrio entre conhecimentos teóricos e práticos;
- adoção de metodologias que desenvolvam o potencial individual - raciocínio, intuição, autonomia, iniciativa experimental e gerencial -, tendo por base a capacidade de cooperação e o trabalho em equipe;

2. EDUCAÇÃO ESCOLAR CONVENCIONAL

Em termos de oferta, existem inúmeras escolas de 1^o grau na área de estudo e adjacências e diversas escolas de 2^o grau.

Entre as de 2º grau, foram identificadas as seguintes:

- Escola Pirajá da Silva - estrada da Liberdade, Liberdade
- Colégio Estadual Duque de Caxias - estrada da Liberdade, Liberdade
- Colégio dos Órfãos de São Joaquim - avenida Jequitaia, Água de Meninos
- Escola Castro Alves - rua comendador Bastos, Mares
- Escola Carmem M. de Jesus - rua 26 de Dezembro, Baixa do Fiscal
- Escola M. Florêncio - largo do Tanque
- Escola Polivalente San Diego - Alagados
- Escola Tenente Almir - rua Nova da Estação, Lobato
- Colégio da Polícia Militar - rua ilha do Joanes, Lobato
- Centro Integrado a Mulheres e Família - rua Aterro do Joanes, Lobato

Nas áreas-programa da URBIS, estão previstas outras nos seguintes projetos:

- | | |
|-----------------------------------|------|
| • Baixa do Cacau - Primeira Etapa | uma |
| • Alagados I | uma |
| • Alagados III | uma |
| • Baixa do Carangueijo | duas |
| • Beira Dique | uma |

Em termos de distribuição espacial dos equipamentos, há uma certa carência exatamente nas zonas habitacionais sujeitas a deslizamentos e inundações, o que os projetos da URBIS pretendem suprir. No atual momento, grande parte da área de estudo não dispõe de equipamentos em condições de fácil acessibilidade à população juvenil.

3. EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Poucas cidades no mundo podem oferecer no interior da zona urbana tantos recursos que possibilitem a construção da interação dos homens com o ambiente natural, tais como os que existem na área de borda, nas áreas de manguezais e de encostas em toda a região de estudo. A existência de tais recursos está associada a graves problemas sociais e culturais, o que vincula diretamente os problemas de natureza ambiental a problemas de cidadania.

Esta mescla de recursos ambientais e problemas sociais se presta, de forma exemplar, para um amplo programa de educação para a cidadania e para educação ambiental, em duas instâncias.

A primeira instância seria através da implantação de disciplinas específicas de educação ambiental e educação para a cidadania nos currículos das escolas, integrando-se ambas à educação escolar convencional. O CONAMA sugere como linha didática para as atividades educacionais da área ambiental um "processo de formação e informação social orientado para o desenvolvimento":

- da consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo-se como crítica a capacidade de captar a gênese e a evolução dos problemas ambientais, tanto em relação aos seus aspectos biofísicos, quanto sociais, políticos, econômicos e culturais;
- de habilidades e instrumentos tecnológicos necessários à solução dos problemas ambientais;
- de atitudes que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental."

A segunda instância poderia ser efetivada através da criação de meios específicos. Neste caso, são perfeitamente adaptáveis à área de estudo as proposições para a criação de **Estações de Educação e Cidadania**, que integram a proposta vencedora para macro-área 1 dos subúrbios ferroviários. Estas estações poderiam ser implantadas em equipamentos ou escolas públicas existentes, com parte dos recursos destinados aos programas de desenvolvimento econômico e em parceria com empresas privadas.

Para apoio institucional a estas estações, um Programa Inter-Comunitário poderia ser montado com agentes facilitadores tais como o Banco do Nordeste, da OCEB, Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, do CORA, Coordenação de Reforma Agrária.

Nesta instância caberia, também, tal como sugerido no Estudo de Caracterização Ambiental, a construção de uma Escola Ambiental do Município que poderia ou não ser implantada na área de estudo, em São Bartolomeu ou em Itapagipe. Esta Escola seria dedicada ao estudo científico e à recomposição ambiental dos ecossistemas litorâneos na Baía de Todos os Santos, possibilitando o aproveitamento racional e econômico do potencial de produção de alimentos dos mesmos. Um centro de referência na produção de tecnologia de tais ambientes costeiros poderia contribuir para a recuperação de outras áreas do Estado da Bahia.

4. EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

Se a educação para a cidadania repousa sua ênfase nos aspectos sociais de formação do indivíduo, a ambiental na compreensão de suas relações com o ambiente, a educação para o trabalho visa sua inserção no mundo das atividades econômicas. A educação para o trabalho preocupa-se com a prática profissional desde os primeiros passos do indivíduo na escola, o que não significa o simples acúmulo de habilidades, mas sim a busca da criatividade, da flexibilidade e da polivalência. Estes são os recursos intelectuais a serem mobilizados para produzir e sobreviver em situações concretas no mundo do trabalho.

Na educação para o trabalho, a conjuntura do mercado tem forte influência, mas não é decisiva. As possíveis mudanças de rumo e de carreira pressupõem que, a cada conjuntura, os recursos intelectuais se ampliem e se desenvolvam. Por esta razão, embora a escolha dos cursos profissionalizantes dependa da realização de processos de sondagens junto à população-alvo e junto ao mercado, a necessária discussão sobre conteúdos e metodologias, deve ultrapassar tais limites. A sintonia com as demandas presentes e futuras de cada lugar, região ou país não pode estar à margem tanto do conhecimento cada mais avançado das ciências e do domínio da linguagem, campo por excelência da educação convencional como do treinamento constante em novos territórios da sobrevivência produtiva no mundo do trabalho.

Segundo a proposta vencedora para a macro-área 2 dos subúrbios ferroviários, em Salvador, as "qualificações tendem a estar estreitamente vinculadas com as necessidades de manutenção da cidade e com os perfis profissionais predominantes em cada área". Na perspectiva do futuro, "tais qualificações correspondem às categorias profissionais que atuam nos setores de lazer, cultura e turismo". É, possível, em um primeiro momento. Não hajam dúvidas, no entanto, que as exigências de desenvolvimento no mundo contemporâneo colocam em pauta as questões de comunicação e informática, o que significa que a simples preparação para estes setores deve ter, também, um sentido moderno e não simplesmente de formação de mão-de-obra de segunda classe.

Além das condicionantes pedagógicas e de mercado, uma terceira ordem de questões envolve a educação para o trabalho: a constituição de competências significa, também, uma maior interação entre os estudantes e as instituições sociais. Essa interação é indispensável para que o jovem viva a experiência de negociar seus conhecimentos e habilidades, além de permitir sua iniciação em práticas sociais coletivas.

Com tal pano de fundo, a educação para o trabalho tanto pode estar integrada à educação convencional quanto pode se constituir no eixo de cursos profissionalizantes de longa e curta duração. Por cursos profissionalizantes de longa duração, entendam-se cursos que exijam, também, matérias teóricas e não somente desenvolvimento de habilidades. É difícil desenvolver cursos deste tipo com menos de 360 horas de carga de ensino. Os cursos profissionalizantes de curta duração visam a modernização de conhecimentos em uma determinada área ou o aperfeiçoamento de habilidades para uma atividade específica.

Nesta linha, as alternativas de educação para o trabalho na área de estudo são:

- de currículos profissionalizantes que se compatibilizem com o ensino de 2º grau;
- de cursos profissionalizantes de curta duração que sejam compatíveis com os perfis profissionais predominantes;
- de cursos profissionalizantes de longa duração que possam se adequar às perspectivas de pesquisas dirigidas para o desenvolvimento local.

Entre as propostas elaboradas para os subúrbios, considerando suas especificidades, há as de cursos profissionalizantes de curta duração, por exemplo, para confecção de barcos de pequeno porte em fibra de vidro e para confecção e adereços para o Carnaval. Tais cursos teriam como parceiros potenciais o SENAI/SENAC/Projeto Axé/Araketu e IEL.

5. QUESTÃO CONCEITUAL DA CULTURA

As questões culturais transcendem, em muito, os bens e o patrimônio construído e ambiental. Mesmo que reduzidas ao âmbito local, envolvem tradições e modos de vida, festividades, produções e eventos artísticos, artesanato, tendências ao lazer e gostos específicos dos diferentes grupos de moradores. São questões que se entrelaçam, também, ao nível de educação e ao lazer.

Considerando-se, no entanto, a necessidade de concentrar em aspectos críticos ou vitais para a dinamização econômico e social da área de estudo, que criem condições menos desfavoráveis à reprodução da força de trabalho, optou-se, nesta formulação estratégica pela redução da questão cultural aos problemas:

- de recuperação e requalificação dos bens construídos considerados importantes do ponto de vista histórico (edificações e sítios com forte tradição local);
- de preservações de áreas com valor ambiental e forte significado cultural;
- e de regeneração, constituição e conservação das massas vegetais.

6. RECUPERAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE EDIFICAÇÃO E SÍTIOS

Em termos de recomendações para recuperação e requalificação de edificações e sítios, considerados consensualmente importantes para a vida da cidade do ponto de vista histórico ou com forte tradição local, o estudo de Caracterização Ambiental foi o mais objetivo e específico, o que não significa que muitas delas tivessem de ser reavaliadas e apresentadas com novas alternativas.

Estas edificações e sítios são elementos morfológicos que fortalecem a identidade do lugar, embora, na maioria das vezes exijam novas perspectiva de uso e até mesmo de ambiência para que continuem vivos e presentes tanto na memória local quanto na memória dos habitantes de Salvador.

Muitos deles podem ser requalificados para o lazer e de turismo, resgatando a atração que os tornou conhecidos. São os seguintes:

1. Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim e a Praça de São Joaquim

Identificação: o ex-Noviciado da Anunciada da Jequitaiá é uma edificação do início do século XVIII. Naquele momento, a linha de cais beirava praticamente sua fachada; ia-se do cidade para o noviciado de barco. Por força de sucessivos aterros, o conjunto monumental está hoje afastado do mar, com a pequena praça de S. Joaquim a sua frente (IPAC-BA vol.I).

Recomendação: o edifício do Colégio de São Joaquim e dos banheiros dos Jesuítas deveria ser aberto á visitação pública e não restrito, tal como é hoje, como condição para sua preservação, visto que é monumento nacional.

2. Estação Ferroviária (Gare da Calçada)

Identificação: edifício projetado e pré-fabricado na Inglaterra, em 1855, marca o início da presença das estruturas de ferro fundido na história da arquitetura no Brasil. Restam poucos exemplares da “arquitetura do ferro” na Bahia.

Sua importância se mede pela influência que exerceu sobre a formação e expansão do “bairro da Calçada”, da península de Itapagipe, dos subúrbios, além da própria zona portuária de Salvador, em função das relações entre ferrovia e porto para o escoamento da produção agrícola, quando esta era a base da economia do Estado da Bahia.

Recomendação: edificação a ser recuperada tanto pela: importância arquitetônica, quanto pelo seu significado na memória urbana.

3. Feira de São Joaquim

Identificação: um dos maiores centros de abastecimento e cultura popular do Recôncavo e do Nordeste do Brasil. Articula economias regionais, principalmente as do Recôncavo. Garante o uso da via marítima para transporte de mercadorias e, como consequência, a sobrevivência de embarcações típicas da Bahia - os saveiros. Reconhece-se, no entanto, que o transporte por saveiros vem diminuindo gradativamente sua importância face ao transporte rodoviário de carga, correndo sério risco de sobrevivência. A feira de São Joaquim, contudo, ainda comercializa produtos que dão identidade à “cultura baiana”, em diferentes aspectos, tais como decoração (cerâmicas, artesanato em fibras variadas, entalhes, caxixis, esculturas, móveis), culinária (apetrechos de cozinha, condimentos especiais, azeites, farinhas, e inúmeros ingredientes vinculados ao preparo de comidas de influência africana), religiosos (folhas, defumadores, miçangas, amuletos, instrumentos sacros), medicina popular (folhas, ungüentos, porções milagrosas, infusões). Comercializa, também, frutas e doces regionais, animais vivos, materiais de construção e uma infinidade de produtos que são distribuídos para outros mercados e feiras, e até mesmo para centros urbanos mais distantes.

Recomendações: existem duas alternativas para sua continuidade que se contrapõem conceitualmente. A primeira é de que ainda deve ser incentivada por razões de natureza econômica, social e cultural, desde que respeitados padrões sanitários. O principal argumento em favor desta alternativa é de que alguns países mantêm no interior de suas áreas urbanas feiras e mercados cujas origens datam da Idade Média ou mesmo da Antigüidade, pois estas são valorizadas pela suas especificidades, pelo simbolismo que emprestam ao local e pelo prestígio que as tornam locais de visitação. A segunda é de que deve ser transferida para as proximidades da atual feira do Cortume, implicando em instalações mais modernas.

4. Edifício da Petrobrás

Identificação: antiga sede do Conselho Nacional do Petróleo, edifício modernista da segunda metade deste século, é uma marca física que representa um momento de inflexão na economia do Estado, com forte reflexos da economia urbana de Salvador. Foi a construção do conjunto da Petrobrás e de seu porto particular, juntamente com a abertura e alargamento da avenida Frederico Pontes (Jequitiaia) que exigiram, a realização dos aterros fronteiriços à Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim.

Recomendações: desocupado, pode imprimir nova dinâmica à área desde que abrigue atividades capazes de gerar viagens. Existem sugestões diversas para sua ocupação por diferentes instituições, tais como:

- Universidade do Estado da Bahia - UNEB, que poderia instalar cursos que demandassem laboratórios especializados, centros de extensão abertos à população em geral e até mesmo parte de seus cursos tradicionais;
- centros de treinamento de mão-de-obra ligados a UFBA;
- as que se destinem ao atendimento de menores carentes.

Qualquer que seja a alternativa adotada, não se pode esquecer que a reativação do prédio sem dúvida, implicará em novos complicadores para o tráfego local já congestionado.

5. Largo do Tanque

Identificação: é um dos pontos de referência histórica das lutas travadas em Salvador durante a invasão dos holandeses no Brasil, no séc XVII. Impõe-se como elemento da identidade e significado da memória e história de Salvador. Constitue-se em valor simbólico para gerações presentes e referência para gerações futuras. O tanque da Conceição, que deu nome ao “bairro”, simboliza a riqueza hidrográfica da cidade e o compromisso que a obstrução dos vales causou ao sistema de drenagem natural. A vida e as modificações de bairros como da Liberdade, São Caetano, Fazenda Grande do Retiro, San Martin, Campinas e Pirajá passaram necessariamente pelo Largo do Tanque.

Recomendação: sua localização estratégica para o tráfego, principalmente o rodoviário de carga, que flue da San Martin em direção à Suburbana, impõe a necessidade de modificações radicais em sua estrutura espacial. Quaisquer intervenções, contudo, não podem passar por cima de seu passado, procurando, na pior das hipóteses, manter vestígios históricos que revigorem sua importância na memória dos moradores.

6. Feira do Curtume

Identificação: Importante local para compra e venda de produtos que chegavam transportados por barcos que entravam pela Enseada dos Tainheiros. A feira foi relocada em razão das obras de aterro para a construção da avenida Suburbana. Dividia, até então, com a feira de Água de Meninos e depois com a de São Joaquim, a distribuição de mercadorias vindas do Recôncavo e ilhas próximas, atuando como entreposto comercial. Redistribuía algumas dessas mercadorias para outros locais da cidade ou núcleos próximos. A Feira do Curtume perdeu a dimensão e importância que possuía, mas ainda é um centro de abastecimento importante para a população em geral.

Recomendação: com sua importância diminuída, sua tradição poderia ser redignificada com a transformação gradual dos tipos de produto que ora vende, a partir de um estudo mais amplo que leve também em consideração a possibilidade de transferência da feira de São Joaquim para as suas proximidades.

7. Penitenciária do Estado e seu entorno

Identificação: forte elemento de identidade e da memória da cidade relativa ao seu processo de expansão territorial. No século XVII, existia no local o engenho fortificado de D. Marcos Teixeira, de onde se ofereceu resistência aos invasores holandeses que, penetrando pelo Largo do Tanque, tentavam alcançar a cidade. Abrigou, ainda no século XIX, a Casa de Detenção. Até 1940, o mar batia nos muros que delimitam seu terreno que então já passara a abrigar a Penitenciária do Estado. O mesmo local é hoje ocupado pela delegacia de crimes contra o patrimônio por um hospital. Já houve projeto da PMS para implantar um Centro Educacional no local.

Recomendação: pode ser transformada em Complexo para Equipamentos Urbanos de natureza educacional, para atendimento médico-sanitário e de atendimento ao cidadão, orientado para a demanda de população da região dos Subúrbios e entorno da Calçada/Mares.

8. Antiga Fábrica dos Fiais

Identificação: conjunto de edificações, remanescentes do período final do século XIX a meados da década dos 50 deste século, que marca a primeira fase da industrialização no município de Salvador, baseada na produção têxtil. Implantada na área onde funcionava a chácara de Luís Fiais, a Companhia Fabril dos Fiais era dedicada principalmente a produção de sacos para armazenamento de cacau para exportação. A indústria possuía um porto particular.

Este atendia a todas as suas necessidades, permitindo a atracação de navios notadamente holandeses, que traziam a juta da Índia, matéria prima para a produção dos sacos. Com os sucessivos aterros das enseadas e a construção da avenida Suburbana, a fábrica perdeu seu porto e ficou aprisionada entre uma zona alagadiça, delimitada pelo leito da ferrovia e pela própria Suburbana, ambas implantadas em cotas mais altas que o terreno da fábrica. Alguns dos galpões que hoje funcionam como depósitos, ainda que não guardem muitos sinais da construção original, podem ser recuperados e destinados a usos diversos. A chaminé das caldeiras, cuja construção data dos primórdios do funcionamento da fábrica, destaca-se, do conjunto. Corre risco de desabamento.

Recomendação: a chaminé da antiga fábrica dos Fiais deve ser recuperada e mantida, pois se trata de um dos últimos marcos que testemunham a primeira fase da história econômica da industrialização em Salvador e da memória da cidade no trecho considerado.

9. Marco histórico da descoberta do petróleo no Brasil

Identificação: local da descoberta de petróleo na Bahia, onde foi implantado um obelisco de indiscutível mau gosto, em homenagem a Monteiro Lobato, escritor e figura destacada nas lutas para investigação de petróleo no Brasil. Os sinais de abandono do marco são flagrantes. Foi praticamente invadido por construções que ocupam a delimitação do exíguo terreno onde está localizado o monumento da maior relevância histórica e cultural para o Estado e o País. Não há qualquer referência a Oscar Cordeiro nas investigações sobre a existência e descoberta do petróleo na Bahia, onde efetivamente teve início sua exploração industrial.

Recomendação: Considerar este marco em conjunto com o que simboliza o início da exploração de petróleo no Brasil.

10. Marco histórico do início da exploração de petróleo no Brasil

Identificação: marco referencial da exploração do petróleo na Bahia, em Lobato, primeiro local onde ocorreu a perfuração econômica de poços. É ainda possível ter acesso a um dos três poços originais, embora esteja praticamente invadido por construções nos limites marcados pela Petrobrás. Os outros dois poços foram comprometidos por ocupação, um deles pela construção do Colégio Estadual Dalva Santos.

Recomendação: transformar a área de ambos os marcos (da descoberta e do início da exploração) em um campo simulado para exploração de petróleo, como referência da importância desta atividade na economia brasileira. Este projeto poderia ser elaborado em parceria com a Petrobrás, permitindo desenvolver atividades na área de educação ambiental tendo como objetivos: conscientizar a sociedade para redução do consumo de energia com base no uso do petróleo e levantar debates em torno de alternativas políticas e sociais para novas fontes de consumo de energia.

7. PRESERVAÇÃO DE ÁREAS COM VALOR AMBIENTAL E FORTE SIGNIFICADO CULTURAL

O estudo de Caracterização Ambiental identifica três tipos de áreas cuja extensão e conceituação permitem questionamentos mais controversos em termos de diretrizes protecionistas do ponto de vista cultural. São: a área de borda, as áreas de mangue e as áreas de encosta. É verdade que todas tem forte significado não só do ponto de vista da memória urbana, pelo que representam na identidade geomorfológica local. Infelizmente, pela magnitude de sua problemática, além das recomendações legais existentes, nenhuma outra pode ter efeito a não ser que passe por um eficiente programa de educação para cidadania e educação ambiental.

1. Área de Borda

Identificação: o valor das bordas costeiras de áreas urbanas tem despertado o interesse de inúmeros países em sua proteção. No caso de Salvador, a inclusão desta área como elemento de preservação cultural/histórica obedece a tal tendência. Seria extremamente importante incorporar à imagem urbana o trecho considerado, devolvendo-se a possibilidade de contato com o mar e garantia de visuais (paisagem) no nível da Av. Suburbana para Enseada dos Tainheiros, para a Ilha de Santa Luzia e Ilha dos Ratos. As construções nessa parte da Enseada dos Tainheiros bloquearam por completo as possibilidades visuais e físicas de contato com o mar. A possibilidade de devolver esse trecho à paisagem da borda permitiria a implantação de um passeio marítimo de forte apelo para a recreação e o turismo. Note-se, no entanto, que a recuperação de visuais ou a redignificação desta orla da baía não passam, necessariamente, por políticas preservacionistas. Podem passar, pelo contrário, por intervenções que ratifiquem e modifiquem ainda mais o traçado original da linha de costa.

2. Áreas de Manguezal

Identificação: o valor ambiental e paisagístico das áreas de manguezal, apesar de reconhecido pelas instituições governamentais, é difícil de ser preservado. As áreas de manguezal, cuja preservação é condição para regeneração dos ecossistemas litorâneos como um todo, quase sempre estão comprometidas por ocupações irregulares, pela poluição industrial e pelo esgoto doméstico. A Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Rio de Janeiro - FEEMA comenta que as áreas de manguezais ocorrem, em geral, "em terrenos baixos sujeitos à ação da maré e localizados em áreas relativamente abrigadas, como baías, estuários e lagunas. São normalmente constituídos de vasas lodosas recentes, às quais se associam tipos particulares de flora e fauna." Tais áreas tem singular importância para economia marisqueira e podem se tornar atrativo para recreação e de natureza turística.

3. Encostas

Identificação: o valor das áreas de encosta manifesta-se, principalmente, pela riqueza que empresta à paisagem. A área da falha de Salvador propiciou, durante séculos, "frontispícios" belíssimos registrados em pinturas, gravuras e aquarelas. Recentemente as "áreas de encosta" tem merecido tratamento particular nos planos e normas de natureza urbanística. A Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo em Salvador considera área de encostas aquela compreendida por terrenos em cujo o perímetro se observam declividades iguais ou superiores a 31%, com aproximadamente 17° de inclinação. Esta legislação prevê ainda uma "área de influência de encosta", que corresponde uma faixa de 30 metros de largura que circunda os terrenos de encosta. Por esta razão, parte da área de estudo está enquadrada pelo decreto Nº 3.289/83, como Área Sob Regime Específico. Além disso, a maior parte da área também está enquadrada como Área de Proteção Cultural e Paisagística, que fixa o gabarito das edificações em 2 (dois) pavimentos.

Esta dupla preocupação com as encostas tem fundamento no prejuízo que a ocupação irregular das mesmas vem causando ao longo dos anos em termos de vida, de patrimônio paisagístico e, portanto, econômico, já que é também base da atividade turística. Muitas visuais para a baía de Todos os Santos, do alto da falha de Salvador foram obstruídas por construções que alteraram a silhueta desse trecho da cidade, cuja graça e colorida também foram alterados para quem busca sua visão do mar para terra. Podem ser citados os seguintes exemplos de processos que vem comprometendo este ambiente: construções desordenadas; sobrecarga imposta às suas condições geológicas, (edificações de mais de quatro pavimentos sustentadas sobre fundações sem o menor rigor técnico, com volumetria acentuada); lançamento generalizado de efluentes nos flancos dos morros; pavimentação asfáltica na linha de crista, impermeabilizando áreas de terreno; destruição sistemática da cobertura vegetal.

8. REGENERAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS MASSAS VEGETAIS

A princípio, pode parecer absurdo invocar a importância das massas vegetais para formação cultural. Entendendo, no entanto, que as relações dos homens com a natureza, pelo seu domínio e transformação estão nas raízes dos processos de alienação, a presença das massas vegetais em ambientes densamente ocupados tem também significado cultural.

Por esta razão, o potencial existente, as possibilidades de regeneração, constituição e conservação das massas vegetais foram também consideradas entre as recomendações culturais. Significam a valorização de elementos morfológicos naturais.

Segundo o estudo de Caracterização Ambiental, as principais áreas potencialmente adequadas à presença de massas vegetais, que devem ser conservadas ou reconstituídas na área de estudo, são as seguintes (desenho 18):

1. Área contínua dos ecossistemas litorâneos que engloba parte do manguezal da enseada dos Tainheiros e da península do Joanes.

Justificativa: a flora e fauna existentes nesta área dependem dos ambientes protegidos de baía para sua reprodução. A poluição originária dos esgotos domésticos e industriais, principalmente destes últimos, a vêm degradando. A área deveria ser preservada como condição para recuperar e devolver a diversidade da flora e fauna da Baía de Todos os Santos.

Recomendação: desbloqueio do riacho temporário que teve trecho de seu curso obstruído pela ocupação da "Baixa do Cajueiro" para sua preservação natural. Recomenda-se, ainda, um projeto para regeneração da vida marinha (flora e fauna) com a recomposição da vegetação nativa do manguezal, projeto articulado à construção de uma Escola Ambiental do Município, tal como referido nas recomendações sobre educação ambiental.

2. Zona da borda litorânea no trecho afunilado da enseada dos Tainheiros.

Justificativa: é o único ponto de contato desta com o continente, limitado pela avenida Suburbana. Esta área de preservação natural, situada na zona de borda, tem como justificativa os mesmos aspectos considerados acima, acrescidos da importância de seus acidentes naturais que lhe conferem uma paisagem de característica singular. A preservação desta área deverá possibilitar a abertura dos visuais da baía, tanto de quem está na terra quanto de quem está no mar.

Recomendação: passeio marítimo integrado com ciclovia, como condição da manutenção da singularidade da ocupação ao longo da orla, à semelhança de um extenso parque contínuo. O passeio devolveria à paisagem, bloqueada pela ocupação das áreas de maré lindeiras a Av. Suburbana, as linhas visuais da terra para o mar e vice-versa, agregando-se como mais recurso ao desfrute do cidadão local e um reforço às atividades turísticas.

3. Ilha do Rato.

Justificativa: está incluída na zona anterior. Mantém vegetação própria de manguezais profundos e lodosos, apesar de toda a ação antrópica. Caso continue a ocupação descontrolada por palafitas da península do Joanes e da ilha dos Ratos, bloqueará completamente um dos canais que permite a circulação de pequenas embarcações, do fluxo das águas e da vida marinha neste trecho de baía.

4. Massa verde existente na península do Joanes.

Justificativa: Está isolada e indicada no mapa. Compreende um trecho arborizado da antiga chácara onde está instalada a Cia de Óleos Vegetais e seus depósitos, quase desativados. A relocação das instalações desta fábrica possibilitará, a médio prazo, a incorporação desta área para recreação e lazer da população do entorno.

Recomendação: Implantação de um parque para lazer contemplativo, articulado por um sistema de teleférico ao alto da pedra do Alto do Bom Viver, no Lobato, cuja cava deve ser qualificada para desempenhar funções de recreação inclusive as orientadas para esporte radicais. Abre possibilidades para a melhoria dos padrões urbanísticos da área ocupada pela população de fim de linha da Capelinha de São Caetano, que não dispõe de áreas livres para recreação. A área deve ser objeto de programa para recomposição gradativa de sua vegetação nativa.

5. Trechos da falha de Salvador.

Justificativa: Nesta falha, foram identificados dois tipos de situações para preservação específica através de reconstituição vegetal: um destinado à garantia da estabilidade das encostas (controle dos processos erosivos) e outro para melhores condições da drenagem das águas pluviais. Infelizmente, nem sempre foram observadas massas verdes significativas na área da falha, que facilitam, não só condições de drenagem como a estabilidade do solo. São situações que estão intrinsecamente associadas do ponto de vista geomorfológico e que podem valorizar a paisagem de toda a falha.

Recomendações: Nas zonas intertropicais, a importância da cobertura vegetal se impõe como agente para amenização dos rigores climáticos. O recobrimento vegetal promove ainda a diminuição das águas de rolamento e contribui para redução das enchentes localizadas.

6. Área específica da falha, na altura da antiga fábrica dos Fiais.

Justificativa: Tem o sentido de garantir, a médio prazo, melhores condições de drenagem das águas pluviais pelo canal que deságua na enseada dos Tainheiros, atravessando a avenida Suburbana.

7. Estreito vale onde se desenvolve a ocupação da "Baixa do Cacau".

Justificativa: É também área de preservação natural e de áreas verdes. Este vale é responsável, de forma significativa, pela captação e drenagem de águas pluviais. O desmatamento da massa verde deste vale tem provocado processos intensos de deslizamento e inundações em razão das dificuldades do escoamento superficial da água pluvial.

8. Cavas das pedreiras de Santa Luzia/São Caetano e Alto do Bom Viver/Capelinha de São Caetano.

Justificativa: A cava da pedreira de Santa Luzia, desde que submetida a um processo de recomposição ambiental (taludamento, drenagem revestimento vegetal)

Recomendação: Pode ser utilizada como área de recreação. Na parte da crista, apresenta condições para implantação de um mirante para Baía de Todos os Santos. Na base da encosta, atualmente utilizada para prática de futebol, poderiam ser construídas novas áreas esportivas ou reservados espaços para montagem de estruturas provisórias para shows, de circos e espetáculos. A parte da cava da pedreira desativada pôde ser utilizada para construção de estruturas mecânicas para ligação entre a Av. Suburbana e a Capelinha de São Caetano e adjacências. O aproveitamento de cavas de pedreira tem permitido ao município de Curitiba requalificar inúmeras áreas degradadas para o uso recreativo ou mesmo educacional, com a Universidade do Meio Ambiente e a "Ópera do Arame".

4. RECOMENDAÇÕES PARA LAZER

1. QUESTÃO CONCEITUAL

O lazer relaciona-se com o trabalho e com a educação, envolvendo liberação, prazer e qualidade de vida.

Segundo Dumazedier, na sociedade contemporânea, o lazer tem as seguintes características¹:

- liberatórias (liberdade em relação ao trabalho profissional ou escolar, em relação às instituições, direito de livre escolha do tempo livre);
- desinteressadas (sem fins lucrativos, utilitários ou ideológicos);
- hedonísticas (estado satisfatório como um fim em si próprio);
- e pessoais (de liberação de fadigas, de criar).

Para este mesmo autor, as atividades de lazer podem ser classificadas em função de seu interesse cultural, em físicas, manuais, artísticas, intelectuais e sociais:

- as físicas estariam presentes nos esportes, na educação física e na recreação;
- as manuais estariam presentes na manipulação de elementos naturais e ou em atividades cotidianas conduzidas sem o sentido da obrigação e da disciplina;
- as artísticas compreenderiam a prática de todas as formas de cultura erudita ou popular;
- as intelectuais seriam as ligadas ao conhecimento e satisfação da curiosidade intelectual;
- as sociais teriam ênfase nos contatos interpessoais.

Entre as atividades de lazer que estão mais ligadas à ação do Estado estão as físicas e as sociais. Entre as atividades físicas, foram consideradas, neste texto, as esportivas. E entre as sociais, deu-se especial atenção, às que envolvem megaeventos. Enfatizou-se, nas mesmas, a demanda por áreas e/ou espaços abertos.

Buscou-se, em primeiro lugar, avaliar tais demandas não só em função da população da área de estudo, mas de toda a população dos subúrbios, o que significou uma avaliação preliminar das áreas e equipamentos existentes ao longo da via férrea desde a Calçada até Paripe, assim como de novas propostas encaminhadas especificamente para as áreas estruturantes do trecho entre Plataforma e Paripe. Em segundo, utilizando-se a mesma metodologia, tentou-se um lançar de olhos sobre as situações das áreas de influência direta e indireta. E em casos especiais, como os que caracterizam os megaeventos, foi necessário ter uma visão ampla do contexto urbano em que se realizam, pela sua importância e alcance.

2. ATIVIDADES ESPORTIVAS

Classificação

As atividades esportivas são lúdicas e podem ser caracterizadas como práticas sociais e de socialização. Podem ser classificadas, a partir de seus objetivos principais predominantes em²:

- esportes-performance;
- esportes escolares;
- esportes-participação.

No esporte performático, o aprimoramento técnico e competitivo é o objetivo primordial; nos esportes escolares, o objetivo principal é a educação extra-classe; nos esportes-participação, o desejo de participar de atividades lúdicas coletivas e/ou comunitárias.

Esta classificação se desfaz, na prática, pela forte influência do futebol no cotidiano do brasileiro.

Futebol

Sem dúvida alguma, tal como em toda em Salvador, entre os esportes mais praticados na área de estudo e adjacências está o futebol. Existem oito campos com dimensões próximas das oficiais:

- da rua Nilo Peçanha, Calçada
- da pedreira de Santa Luzia, em Lobato
- da rua aterro do Joanes, em Lobato
- da rua Irênio Simões, Alagados
- da rua Bela Vista, Alagados
- do Alto do Bom Viver
- do Alto do Cabrito
- da avenida Afrânio Peixoto.

Existe, também, a proposta de um novo campo de futebol no projeto Alagados III, da URBIS.

Na maioria das escolas da área de estudo e adjacências pratica-se também o futebol com concessões a outros jogos de quadra (vôlei, basquete, handball), pois quase todas possuem quadras poliesportivas ou campos de futebol, tais como a Escola Pirajá da Silva e o Colégio Estadual Duque de Caxias, na Liberdade; o Colégio dos Órfãos de São Joaquim; a Escola Carmem M. de Jesus, na Baixa do Fiscal e a Escola M. Florêncio, no largo do Tanque; a Escola Polivalente San Diego, nos Alagados; a Escola Tenente Almir e o Colégio da Polícia Militar, em Lobato.

Como se pode observar, entre o existente e o proposto, pouco se foge do futebol, o que praticamente coloca, no mesmo plano, os esportes-performance, os esportes escolares e os esportes participação.

Propostas para os Subúrbios

Avaliando-se, também, as propostas vencedoras do Concurso Público da PMS/IAB para as diversas áreas estruturantes dos subúrbios, nota-se que a mesma concepção se repete sem qualquer tentativa de uma reflexão maior sobre as práticas esportivas.

Para **Plataforma**, a proposta vencedora do concurso propôs, entre as atividades para ambientação da antiga Fábrica de Tecelagem São Brás Ltda - FATEBRÁS: atividades esportivas e de lazer, sem qualquer especificação. Sugeriu, ainda, a construção de um planetário, de um anfiteatro, de um campo de futebol e de uma quadra polivalente.

Para a **Orla de Itacaranhã/Escada**, entre os empreendimentos que poderão ser indicados para se associar à estação inter-modal está uma área para a prática de esportes, sem qualquer especificação.

Para a **Orla de Praia Grande/Periperi**, foi aprovada pelo CEPRAM a implantação de uma marina na Foz do Paraguari, existindo a proposta de um parque temático para este local, possivelmente aproveitando o promontório que dá forma a Ponta de Periperi. Sobre os esportes náuticos que poderiam ser praticados, não há uma só palavra.

Para o **Vale do Paraguari**, foram levantadas as propostas mais ricas pelo vencedor do concurso público, pois, pelo menos, para o setor A, foi sugerido um parque esportivo com quadras, pista de corrida, espaços e equipamentos de ginástica, campos de futebol, vôlei e tênis e, para o setor B, um parque temático, com ciclovias e praças.

Para o **Núcleo de Paripe**, a proposta vencedora do concurso público levantou a hipótese de um centro esportivo (sem especificações), mas conseguiu ser mais objetiva na proposição de um núcleo de esportes náutico, com espaço para a prática de vôos em ultraleves.

Os estudos e projetos existentes para o Parque Metropolitano de Pirajá concentram-se também nas concepções tradicionais dos esportes-participação em Salvador (e talvez no Brasil): campos de futebol, quadras esportivas, além de uma sede para ligas de futebol. Fazem uma concessão em áreas de convivência para jogos (possivelmente de salão, mas não os sem especificam).

Nã zona de urbanização prioritária - a ZUP III - que se localiza no extremo norte da área de estudos, o estudo de "Assessoramento Ambiental" novamente se reproduz a idéia de quadras esportivas em uma praça de "convivência".

As ciclovias são outra solução aparentemente simples adotada em estudos urbanísticos que visam não somente a facilidade do uso da bicicleta como meio de transporte mas também como prática esportiva. Não chega a ser um esporte performático, mas se enquadra perfeitamente dentro das linhas dos esportes-participação.

Neste sentido, o projeto da via ao longo da costa, indicado Ribeira Azul, pode favorecer esta prática, na medida em que está sendo complementado pela SEPLAN com uma ciclovia, passando por Itacaranha, Escada, Periperi, Paripe, circulando a Enseada de Tubarão e indo até a Ponta da Sapoca. A Secretaria de Projetos Especiais, já está pensando, inclusive, em prolongar esta via desde a Ribeira até São Bartolomeu e Plataforma.

Diretrizes

Dentro deste quadro de existências e proposições, podem ser levantadas diretrizes um pouco mais amplas e gerais para todas as práticas esportivas, sem medo de que não sejam aceitas por amplas camadas da juventude dos subúrbios e, em especial, da área de estudo:

- indicar áreas para práticas esportivas tanto para a comunidade local, quanto para a comunidade soteropolitana, em geral;
- estimular parcerias com a iniciativa privada, na tentativa de superar a falta de recursos públicos para a construção e manutenção de equipamentos esportivos;
- utilizar, tanto quanto possível, espaços públicos existentes ou projetados, para atividades esportivas de participação;
- combinar atividades esportivas participativas com performáticas.
- levantar alternativas para criação de áreas específicas para atividades e eventos esportivos que exijam espaços e/ou equipamentos especiais.

Do ponto de vista específico, considerando-se as diferentes modalidades de esportes, podem ser levantadas as seguintes diretrizes:

- organizar espaços já consolidados para a prática de futebol de modo que possam ser utilizados, também, para outras modalidades de esportes com bola, tais como vôlei, basquete e handebol;
- organizar espaços públicos que possam abrigar áreas para lançamentos (dardo, peso), e saltos (a distância, em altura) e jogos de pontaria (tiro esportivo, arco e flecha);
- organizar espaços de rua que possam ser utilizados para a prática de marchas, cooper, corridas (maratona) e triatlon;
- habilitar pequenos trechos da costa para apoio a atividades esportivas náuticas, com ênfase no remo, no iatismo e na canoagem;
- utilizar áreas alagadas da própria baía para a prática de esportes aquáticos, tais como natação e polo aquático, além de mergulho submarino;
- aproveitar a potencialidade das áreas de encosta, principalmente os grotões, para a prática de esportes radicais, tais como rapel e alpinismo;
- aproveitar a potencialidade de áreas verdes remanescentes para a prática de esportes excursivos;
- habilitar áreas públicas para a prática de outros esportes radicais, tais como skate, patins, bicicross;
- aproveitar espaços livres para implantação de esportes radicais motorizados, tais como kart e motocross;

- criar espaços cobertos para atividades esportivas de salão, tais como capoeira, artes marciais, jogos de mesa (tênis de mesa);
- criar pequenos espaços, até mesmo ao ar livre para a prática de jogos de tabuleiro (damas, xadrez);
- aproveitar a potencialidade das praias para a prática de esportes coletivos com bola (frescoball, vôlei de praia e futsoccer).

Espaços Potenciais para a Prática Esportiva

Quatro “locais estratégicos” apresentam áreas em potencial favoráveis para a prática de esportes: Calçada, Santa Luzia, Lobato e São Bartolomeu.

Na **Calçada**, podem ser levantadas as seguintes hipóteses:

- utilização dos galpões desativados, na rua Nilo Peçanha, para a prática de atividades esportivas de salão, tais como capoeira, artes marciais, jogos de mesa (tênis de mesa). Estas atividades podem ser combinadas com atividades mais lúdicas como dança e jogos (dama, xadrez, gamão).
- utilização das áreas públicas que possam ser geradas a partir da requalificação dos terrenos atualmente pertencentes à RFFSA para a prática de esportes com bola, tais como vôlei e basquete, desde que não exijam equipamentos fixos, assim como para a prática de lançamentos (dardo, peso), saltos (a distância, em altura) e pontaria (tiro, arco e flecha). Nada impede, também, que, nestas áreas, sejam reservados pequenos espaços para esportes de tabuleiro.

Em **Santa Luzia**, graças às suas características naturais, podem ser levantadas as seguintes hipóteses:

- construção de piscinas de água salgada, para a prática de natação e pólo aquático no espelho remanescente da enseada dos Tainheiros entre a ilha dos Ratos e a Suburbana;
- aproveitamento do grotão da pedreira para a prática de rapel e alpinismo;
- aproveitamento da ilha do Rato para cooper ecológico.

Em **Lobato**, na direção da península do Joanes, na orla costeira que limita a fábrica de óleo de mamona da Boley, podem ser levantadas as seguintes hipóteses:

- aproveitamento das praias para a prática de esportes coletivos com bola (frescoball, vôlei de praia e futsoccer);
- aproveitamento de pequeno trecho da costa, no extremo da península, para apoio a atividades esportivas náuticas, com ênfase no remo, no iatismo e na canoagem, pois permitem a construção de raia;
- construção de pier específico para mergulho submarino.

Em **São Bartolomeu**, pela existência de espaços mais amplos ainda desocupados, podem ser levantadas hipóteses:

- construção de pistas para corridas de kart e motocross;
- construção de pistas de prática de skate, patins e bicicross;
- construção de um ginásio polivalente, cujo uso poderia ser estendido a outras atividades de cunho social, tais como mega-shows).

Além destes espaços apresentam-se, ainda, potencialmente adequados à prática esportiva, os espaços da avenida Afrânio Peixoto (Suburbana) e da projetada via marítima:

- no primeiro caso, o espaço poderia ser preparado para a prática de corridas, com a criação da Maratona dos Subúrbios, e do triatlon;
- no segundo caso, o projeto pode ser elaborado de modo a favorecer a implantação de uma ciclovia e de pistas de cooper.

4. MEGA-EVENTOS DE RUA

Conceituação

Este estudo tem como objetivo avaliar as possibilidades de inserir a realização de megaeventos de rua na dinâmica urbana prevista para a área em foco.

“Megaeventos de rua” são atividades que congregam um grande público, ocupando ruas, avenidas, praças, parques, praias e espaços abertos da cidade, a exemplo do carnaval, festas de largo, shows, concertos, e outras concentrações e desfiles realizados em Salvador, impondo, invariavelmente mudanças significativas na dinâmica cotidiana desses territórios, do entorno e, por vezes, de áreas mais distantes. A ocupação das áreas de circulação, o afluxo de grande público, o exercício de atividades de natureza distinta das habituais, a mudança nas condições ambientais compõem uma situação eventual com fortes reflexos na vida dos territórios apropriados pelo evento. Ainda que de natureza efêmera, a realização periódica desses eventos pode estimular um processo de mudança irreversível nas áreas utilizadas, distantes daquelas funções estabelecidas pelo cotidiano das mesmas.

Os megaeventos vêm ocorrendo com muita frequência durante todo o ano e não mais restritos ao ciclo de verão. Ancorados nas tradicionais festas de rua, tais eventos atendem aos interesses crescentes dos grupos empresariais vinculados à produção artística, cultural, do lazer e do entretenimento, que intensificam as iniciativas nessa vertente do turismo de eventos, que está crescentemente vinculado ao lazer em espaços abertos.

A presença crescente dos produtores, compositores e músicos baianos no mercado fonográfico nacional e a produção baiana do binômio “música e dança” conquista um espaço mais amplo na mídia e no calendário de megaeventos nas principais cidades brasileiras. Os shows-concertos destas atrações são responsáveis pela propagação das novas músicas, sempre vinculadas à coreografias que servem de referência temática ao mercado de roupas, sapatos, brinquedos, adereços e outros produtos de consumo imediato.

De natureza performática, estimulam a participação do público, que canta, dança e se movimenta intensamente. Eis porque tais eventos demandam a utilização de grandes áreas, contínuas, que possibilitem a visão das atrações e a movimentação do público.

A realização desses “megaeventos” segue tendência crescente do “show business internacional”, que adota crescentemente tal configuração performática para a exibição pública de suas atrações, que podem ser simplificarmente classificados em **shows-concertos** e **eventos-desfile**, nos quais se destacam os **eventos-concentração**.

Os shows-concertos, que congregam centenas de milhares, ou até mesmo de milhões de pessoas, contam com o crescente aprimoramento dos recursos técnicos necessários: equipamentos de sonorização, iluminação cênica, projeção simultânea de imagem ampliada, efeitos especiais, e a engenharia de espetáculos, responsável pelo desenho e montagem de grandes palcos, coberturas e módulos de serviço.

Os **shows/concertos** são eventos que apropriam o espaço a partir do palco onde serão apresentadas as atrações. O público agrupa-se em frente ao palco, permanecendo em pé, dançando e circulando durante todo o período do evento. No entorno desse espaço são instaladas barracas de bebidas e lanches, módulos de serviço. A área a ser utilizada deve atender a alguns requisitos básicos: ser contínua, plana ou com declividade adequada, não ter obstáculos no piso, garantir a visibilidade do palco. A grande densidade do público, associada a intensa movimentação corporal motivada pela música e coreografias, se constituem na principal marca de tais eventos.

Em Salvador, infelizmente, os únicos espaços construídos com o propósito de atender a esse uso são a Concha Acústica do Teatro Castro Alves e o anfiteatro do Parque Costa Azul, razão pela qual shows/concertos são realizados, de modo improvisado, em várias áreas públicas: Largo do Pelourinho, Praça Castro Alves, Campo Grande, Farol da Barra, estacionamento dos Barris e do Dique do Tororó, praias da Ondina e Jaguaribe, Lagoa de Abaeté, e espaços abertos de equipamentos públicos e privados, tais como os dos clubes Espanhol e Costa Verde, e do Parque de Exposições. Em todas estas situações, têm sido montada a estrutura necessária à realização do evento, com deficiência. Palco, coberturas, apoio de som e luz, telões, módulos de comercialização de alimentos e bebidas, sanitários, módulos de polícia e atendimento médico nem sempre correspondem às exigências de grandes multidões cujo acesso exige, ainda, medidas complementares de bloqueio e desvio de tráfego que criam transtornos em toda a área no entorno do evento.

Entre os eventos/desfile, o carnaval é a nossa referência maior. Na configuração atual, o carnaval de Salvador não se explica apenas como desfile: trata-se de evento polimórfico, misto de desfile, show/concerto e festa de largo, grande vitrine de exibição dos principais produtos da indústria fonográfica. É um dos maiores concertos musicais do planeta, em duração, tamanho e público participante. Ocorre hegemonicamente em “circuitos”, nos quais o aprimoramento técnico do trio elétrico o capacita a funcionar como palco móvel, contando com os mais avançados recursos de sonorização, iluminação cênica e infra-estrutura para atender aos músicos, cantores e dançarinos. Tais circuitos impõem aos participantes percursos unificados, ordem de participação e controle de tempo de permanência nos pontos de exibição para a imprensa (televisão, rádio e jornal), para os convidados oficiais e autoridades.

Esta organização é reforçada com a associação crescente dos empresários de blocos de trio com as gravadoras que detêm o contrato das principais atrações (bandas e cantores). A confluência de interesses reforça o processo de “carnavalização” de megaeventos de rua que acontecem em outras épocas do ano e em quase todas as grandes cidades brasileiras. Tais eventos desfile/show desvinculam-se cada dia mais da referência tradicional do carnaval enquanto momento singular de manifestação coletiva, comprometido com a cultura local.

A utilização da Praça Castro Alves durante o carnaval incorpora, por fim, a configuração evento/concentração, apropriando muito dos elementos das tradicionais festas de largo de Salvador. Tem características próprias, que incorporam, por força de sua importância, áreas no seu entorno, tais como o estacionamento na subida da Ladeira da Montanha e o pátio do Clube de Engenharia

Outros megaeventos de Salvador ao longo do ano adotam um formato que incorpora simultaneamente tais configurações, a exemplo da Caminhada Axé e do Farol Folia. Até mesmo as manifestações religiosas e políticas passam a incorporar esse novo formato em seus eventos de rua, com a utilização do trio elétrico em procissões e passeatas.

Potencialidades da Área da Calçada

A área da Calçada tem grande potencial para se constituir em uma área suporte para a realização de mega/eventos de concentração. O largo da Calçada e seu entorno é área de confluência e de interação para moradores, comerciantes e usuários da Liberdade, do Comércio, dos subúrbios ferroviários e da península Itapagipana.

A proximidade com o mar confere outras possibilidades à essa área, assim como a continuidade da área de estudo e suas áreas de influência direta e indireta, tais como:

- o bairro da Liberdade é preservado um carnaval vigoroso, graças a ação de algumas entidades culturais, a exemplo do Ilê Aiê. As possibilidades de acesso de pedestres entre a Liberdade e Calçada pode incorporar essa nova área a vida cultural do bairro, que não dispõe de grandes áreas para a realização de megaeventos de rua.
- alguns subúrbios ferroviários tem tradição de eventos de rua. Periperi, local de origem do Bloco Ara Ketu já viveu grandes concentrações em suas praças, durante o carnaval.

Além desse fato é relevante lembrar a presença dos Clubes sociais em Periperi, que durante décadas promoviam grandes eventos culturais e artísticos, trazendo atrações de importância nacional. Plataforma também possui tradição similar. Dois grandes eventos de rua dos subúrbios ocorrem ainda acontecem na Festa de São Bartolomeu - Oxumaré, em 24 de agosto e o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro. Um desfile de Plataforma até o Parque de São Bartolomeu, promovidos por entidades locais, em particular os Terreiros de candomblé marcam tais eventos. Em janeiro ocorre ainda a lavagem da Igreja de Plataforma, na festa de São Braz, evento composto de procissão marítima e concentração na praça.

- os bairros do Bonfim, Ribeira e Itapagipe já viveram, em várias oportunidades, grandes eventos de rua. As festas de largo, em especial a da Boa Viagem, a do Bonfim e a da Ribeira são significativas no calendário de verão de Salvador.

O Largo da Calçada pode assumir a centralidade de todos esses eventos, podendo comportar a realização de "megaeventos de rua", a medida em que seja incorporado como uma das áreas disponíveis na cidade para este fim, única que ainda pode ser preparada adequadamente para os mesmos. Tem, ainda, como elementos favoráveis: o grande contingente populacional do entorno, o significado que tem para a cidade, as condições ambientais favoráveis.

Argumento de peso no atual momento é que, entre todos os que se envolvem em eventos dessa natureza, principalmente empresários, a Emtursa e a Secretaria de Turismo do Governo do Estado, cogita-se em estabelecer novos pólos que possam descentralizar a intensiva ocupação dos existentes. Outro argumento favorável é a possibilidade dessa nova atividade viabilizar ocupações e geração de renda para a população do entorno, na forma de prestação de serviços e comércio informal.

Para atingir tais objetivos, as recomendações de desenho do espaço do Largo da Calçada e seu entorno são:

- o espaço previsto para megaeventos não deve ser de uso exclusivo para atividades dessa natureza. A imprevisibilidade do calendário de evento não garante um fluxo contínuo de atividade, além de acarretar elevados custos de manutenção;
- a grande praça deve estar incorporada como espaço de vivência cotidiana, podendo abrigar as mais diversas manifestações de caráter cultural, artístico, político e religioso.
- a infra-estrutura e serviços que venham a atender a vida cotidiana desse espaço certamente não será capaz de atender as necessidades de um "megaevento de rua".
- o espaço aberto deve ser amplo, preferencialmente plano, ou com grandes pisos interligados, sem vegetação de porte em suas áreas centrais, ou bancos, canteiros e outros obstáculos a possibilidade de grandes concentrações de público;
- nada, além deste espaço aberto, deve ser dimensionado para atender a tais eventos, cabendo aos promotores viabilizarem palcos, coberturas, equipamentos de sonorização e iluminação cênica, módulos de comércio e serviços, sanitários e o mais que fôr necessário;
- a vinculação deste espaço com o entorno, enfatizando vias de acesso e circulação de pedestres e veículos;
- previsão do desempenho das áreas do entorno durante a montagem e realização de tais eventos, garantindo o funcionamento das atividades cotidianas nessas áreas limítrofes por passu às novas atribuições;
- estudos alternativos de circulação de pessoas e veículos.

Considerando o largo da Calçada como um espaço urbano significativo, cabe, por fim, estudar o impacto da realização de tais eventos na cidade, dimensionando o alcance da reversão de uso dessa áreas e prevendo soluções alternativas para tais momentos. Para que possamos definir de forma mais conclusiva esta questão é necessário uma avaliação mais cuidadosa dos projetos previstos, daqueles que visam novas vias de circulação e interligação entre áreas.

O carnaval, por exemplo, apropria o espaço a partir do eixo de desfile, comprometendo áreas laterais, de forma contínua, com atividades vinculadas ao evento.

As áreas diretamente vinculadas ao espaço do desfile são densamente ocupadas, cabendo aquelas situadas por trás das barreiras visuais das edificações servirem como áreas de circulação e vivência, a exemplo do que acontece nas festas de largo. Na terceira envolvente da linha do desfile estão situados terminais de transporte, estacionamentos, módulos de serviço e caminhos de acesso da população que se desloca à pé para o evento.

Esta complexa estruturação espacial, ainda que efêmera, requer um estudo cuidadoso das áreas em que possam servir de suporte para mais um circuito de carnaval. Eis porque, somente após estudo mais detalhado será possível indicar possibilidades de utilização das mesmas para a realização de megaeventos com a configuração de desfiles, a exemplo do carnaval.

4. EVENTOS EM ESPAÇOS COBERTOS

A atenção estratégica aos esportes de participação e aos mega-eventos não pode obscurecer a importância de eventos menores que se realizem em pequenos auditórios ou salas, destinadas às mais diversas atividades de lazer (dança, pequenas comemorações ou festas), culturais (shows musicais, apresentações), artísticas (exposições) ou até mesmo esportivas (jogos de salão).

São espaços cobertos que podem ser gerenciados por associações de bairro ou comunitárias em geral, com parceria de empresas. montagem de cenários alternativos que visem dar suporte à vida econômica da área de estudo.

Há propostas neste sentido para as zonas cujos planos de urbanização foram traçados pelo Programa Viver Melhor/Habitar Brasil (URBIS): Baixa do Carangueijo; parte do Alto do Bom Viver; Joanes Oeste; Alagados I e II; parte de Alagados III; parte da primeira etapa da Baixa do Cacau.

Outros planos, do mesmo Programa, mas cujos limites extrapolam os da área de estudo, mas afetam sua organização espacial, dadas suas articulações em termos viários, de ocupação e de uso do solo, também contém propostas a respeito, tais como os do restante do Alto do Bom Viver, da Barriquinha da Capelinha e Beira Dique, além daquele do restante de Alagados III, Alagados IV, V e VI; restante da primeira etapa e segunda etapa da Baixa do Cacau.

¹ Cfe. Dumazedier, Joffre em sua Sociologia Empírica do Lazer ou em Lazer e Cultura Popular.

² Cfe SETRABES/Governo do Estado da Bahia, Diretrizes de Política Social, 1986.

5. RECOMENDAÇÕES PARA SAÚDE

1. QUESTÃO CONCEITUAL

A saúde do indivíduo está profundamente ligada às condições de vida: moradia, educação, renda, lazer bem como às questões relativas a saneamento básico, ou seja, ao "controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem efeito negativo sobre o bem-estar físico mental ou social", como observa a OMS. Alguns autores preferem o conceito de "saneamento ambiental", por considerá-lo mais abrangente que o de "saneamento básico", definindo-o como "conjunto de ações que tendem a conservar e melhorar as condições do meio ambiente em benefício da saúde" (SAHOP, 1978).

2. SITUAÇÃO EXISTENTE

Na área de estudo, tal enfoque é particularmente realçado dada a precariedade dos sistemas de drenagem de águas pluviais, de esgotamento sanitário e de coleta de lixo.

A falha geológica de Salvador, sujeita a deslizamentos, e as áreas de baixada, sujeitas a inundação, formam o quadro adverso à saúde de parcelas significativas da população pobre.

A ausência de sistemas adequados de micro-drenagem favorecem, ainda, em períodos das estações chuvosas, a formação de águas paradas que é altamente favorável à reprodução do mosquito *aedes aegypti*, responsável pela transmissão de dengue.

No lançamento de dejetos a céu aberto, sem o devido tratamento, encontra-se, em geral, alta concentração de coliformes fecais, servindo como bio-indicadores da possível presença de organismos patogênicos como o vírus da hepatite A, *entamoeba histolytica*, *giardia lamblia*, *ascaris lumbricoides*, *salmonella typhi*, *vibrio cholerae* dentre outros. O lançamento de dejetos encosta abaixo, principalmente em épocas de chuva, traz um sério risco à saúde da população de toda a área de estudo.

A ocorrência de inúmeros depósitos de lixo a céu aberto, por fim, em locais aparentemente inacessíveis na encosta, pois resultam de práticas sociais correntes entre as populações que moram no alto, favorece a formação de focos de insetos e ratos, que proliferam em toda a região. É comum, neste caso, a incidência de leptospirose, após as chuvas.

3. RECOMENDAÇÕES BÁSICAS

Apesar de não se ter conseguido dados relativos ao perfil de morbi-mortalidade, aos equipamentos, bem como, programas de saúde desenvolvidos na região, em estudo, pelo perfil das condições geológicas e condições de renda dos moradores, são necessárias ações de saneamento e de programas de educação sanitária e ambiental. Há necessidade, também, de agentes comunitários e de médicos de bairro, assim como a implantação de uma Farmácia do Povo, com utilização de plantas e ervas bastante conhecidas pela população local, são recomendações complementares e anteriores, por exemplo, a quaisquer sugestões de ampliação da rede existente.

Foram levantados os seguintes equipamentos de saúde na área de estudo e adjacências:

- Centro de Saúde - estrada da Liberdade, Liberdade
- Posto de Saúde - rua Lopes Trovão, Alagados

Estão propostos, para áreas-programa da URBIS, mais três postos de saúde nos seguintes projetos:

- Alagados II
- Baixa do Cacau - primeira etapa
- Baixa do Caranguejo

Em princípio, tais equipamentos são mais que suficientes, desde que se atente, também, para o fato de que, a área é especializada em serviços de reparos de veículos e peças automotores, serviços de metalurgia e de marcenaria, o que a torna potencialmente vulnerável a ocorrências de acidentes de trabalho. Deste modo, é recomendável, também, que junto a tais postos, principalmente, na Calçada e ao longo da Suburbana, existam especialistas em medicina do trabalho para ações fiscalizadoras junto às Empresas.